



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.  
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



**Trabalho Sexual:**  
**Perspectivas Cotidianas de Mulheres e Travestis Atuantes em Picos-PI e Macrorregião**

**Sex Work:**  
**Daily Perspectives of Women and Tranvestites who act in Picos-PI and Macro-region**

Autores: Dinaiane Maria Barbosa de Almeida<sup>1</sup>, Jéssica Nathália da Silva Castro Moura<sup>2</sup>, Kary  
Emanuelle Reis Coimbra<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Graduanda em Administração pela UFPI;

<sup>2</sup> Graduanda em Administração pela UFPI;

<sup>3</sup> Professora da UFPI, mestre, orientadora.

**FICHA CATALOGRÁFICA**

**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca José Albano de Macêdo**

**A447t** Almeida, Dinaiane Maria Barbosa de.

Trabalho sexual: perspectivas cotidianas de mulheres e travestis atuantes em Picos – PI e Macrorregião / Dinaiane Maria Barbosa de Almeida ; Jéssica Nathália da Silva Castro. – 2014.

CD-ROM : il; 4 ¼ pol. (34 f.)

Monografia(Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.

Orientador(A): Prof.Ms. Kary Emanuelle Reis Coimbra

1. Trabalho Sexual. 2. Estereótipos. 3. Trabalho e Gênero.  
I. Título.

**CDD 306.74**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO  
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.  
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA  
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**DINAIANE MARIA BARBOSA DE ALMEIDA**  
**JÉSSICA NATHÁLIA DA SILVA CASTRO**

Trabalho Sexual:  
Perspectivas Cotidianas de Mulheres e Travestis Atuantes em Picos-PI e  
Macrorregião

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a  
presidência da primeira, considera a discente como:

( ) **Aprovado(a)**

( X ) **Aprovado(a) com restrições**

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as  
alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 12 de  janeiro  de 20 15 .

Katy Emanuelle Reis Coimbra - Me.

(Orientador – Nome e título)

Douglas Marcos Guerra

(Membro 1 – Nome e título)

Paulo de Souza

(Membro 2 – Nome e título)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o trabalho sexual de mulheres e travestis na cidade de Picos-PI e macrorregião, em seu contexto social, econômico e simbólico. Vê-se que as relações sociais de gênero na sociedade se constituem, ainda que indiretamente, do sistema heteronormativo, o que dificulta a entrada no mercado de trabalho, e facilita o acesso ao mercado informal. A pesquisa utilizada foi de cunho qualitativo, realizada por meio de pesquisa de campo estruturada no método estudo de caso associado à história de vida. Através dos resultados obtidos pudemos constatar que o trabalho sexual ainda é uma forma de algumas pessoas obterem renda para sua sobrevivência e que seu representante (APROSEP) ao invés de buscar melhorias para a categoria profissional, está mais voltada para o controle da quantidade de profissionais atuantes e para a orientação sobre as DSTs do que para o próprio reconhecimento da profissão.

**Palavras-chave:** Trabalho sexual, Estereótipos, Trabalho e Gênero.

## ABSTRACT

The present work aims to analyse the sex work of women and transvestites in Picos-PI and macro-region in its social, economic and symbolic context. The social relationships of gender in the society constitute, indirectly, of the heteronormative system making the entries of the labor market more difficult, facilitating the access to the informal work. The used research was qualitative through a case study associated to the life history with semi structured questions. The results obtained were able to determine that the sex work is still a way to obtain income to survive and the representant (APROSEP) instead of searching for improvements to the category, is more aimed at controlling the quantity of professionals and to orientate to the prevention of the contamination and transmission of STDs than aimed at its own recognition.

**Keywords:** Sexual Work, Stereotypes, Work and Gender.

## 1 INTRODUÇÃO

Vivemos numa sociedade onde, mesmo que indiretamente, somos rotulados através de comportamentos e personalidades que são designados conforme o sexo biológico, ou seja, estando diretamente marcado pela diferença sexual entre homens e mulheres e com relação aos seus papéis sociais. As tarefas, responsabilidades, e condutas nas mais diversas culturas, uma vez fundamentado através de hierarquização e valores, foram assimiladas pela distinção de sexo heteronormativo e binário.

Estudar a sexualidade nos faz compreender questões de gênero, e suas variadas concepções em dado tempo e lugar, partindo da norma binária na qual as construções são baseadas numa ordem que estabelece uma lógica aos gêneros inteligíveis (GUIMARÃES, 2011). Essa norma binarizante dá a compreender que os sujeitos seriam considerados universais, atribuindo conseqüentemente a estes, determinadas características que sejam compartilhadas por todos, entretanto, caso houvesse fuga dessa norma seriam dados como desviantes, qualificando-os em minorias, no caso do homossexual travesti. Dadas as características, valorizavam as qualidades do homem por exercerem atividades de força, racionalidade e provedor familiar, e desvalorizavam as qualidades da mulher. Assim, a forma de se organizar hegemonicamente mostra a instituição familiar como a primeira divisão do trabalho.

Visto às dificuldades de adentrar no mercado de trabalho formal, as mulheres e homossexuais travestis se veem na necessidade de buscar uma outra forma de garantir renda seja ela formal ou não, no caso o trabalho sexual surge como uma das opções para adquirir dinheiro e se sustentar.

O trabalho sexual, definido como a comercialização de serviços de natureza sexual mediante negociação com o cliente sobre os serviços a serem prestados (SILVA; COSTA; NASCIMENTO 2010), é um fenômeno social constante em quase todas as civilizações e possuidor de uma enorme carga de estereótipos e estigmas. Essa atividade laboral, é a maneira encontrada por muitos para suprir suas necessidades financeiras de forma rápida, visto que a entrada de profissionais no mercado formal requer um bom nível de escolaridade e qualificação profissional.

Vê-se que o trabalho é uma forma de garantir renda para almejar uma boa qualidade de vida. Em relação ao exercício dos profissionais do sexo, acredita-se ser como qualquer outro, ou seja, há transações por seus serviços e/ou produtos, porém, o modo como é interpretado pela sociedade se vê carregado de estereótipos sociais.

Diante dos seguintes fatos, fizemos o seguinte questionamento: **como se caracteriza o cotidiano do trabalho de mulheres e travestis profissionais do sexo na cidade de Picos e macrorregião?** Decidimos pela escolha como uma forma de compreender quais são os fatores que fazem com que pessoas de diferentes contextos sociais, escolham a prostituição como forma de trabalho e como ele é visto pela sociedade, pois devido ao trabalho da prostituição envolver atividades sexuais, ocorre a idealização de uma imagem desprezível desses profissionais, resultado de estereótipos morais, sociais ou econômicos, adotados pela sociedade, que além de criminalizá-los, os excluí. Para podermos concretizar o nosso estudo, propusemos os seguintes objetivos: a) Caracterizar a atividade da prostituição; b) Identificar como os profissionais do sexo percebem o corpo como instrumento de trabalho e c) Identificar quais os estereótipos sociais envolvidos na atividade da prostituição.

Este trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na próxima seção temos o referencial teórico, onde são apresentados debates sobre sexualidade, por meio de discussões sobre gênero e corpo, bem como o trabalho sexual. Posteriormente apresentamos o percurso metodológico para a realização desta pesquisa. Em seguida apresentamos as revelações de campo obtidas na pesquisa. E por último as considerações finais, apontando os pontos considerados mais relevantes neste trabalho.

## **2 SEXUALIDADE, GÊNERO E SEUS ENTRAVES NA SOCIEDADE**

Abordar sobre a sexualidade é discutir uma política de gestão de corpos, pessoas e relações, central na fundação e na expansão da modernidade ocidental. Uma política vinculada ao primado do indivíduo, do prazer erótico, da produtividade, dos saberes científicos sobre si e sobre o corpo (FOUCAULT, 1988). A sociedade costuma se organizar através dos papéis sociais designados conforme o sexo biológico. Baseado nessa distinção sexual é que, de tal modo, existir consistia em ser, basicamente, homem ou ser mulher. Assim, quando o sujeito nasce significa que a forma como o seu corpo será construído se dará através de comportamentos, tipos de roupa, gestos, olhares e outros, fundamentando-se à lógica dos gêneros inteligíveis: vagina-mulher-feminino *versus* pênis-homem-masculino (GUIMARÃES, 2011).

Vemos no corpo o meio pelo qual se dá a socialização da vida, onde as espécies partem desses dois eixos, homem e mulher, e que ao descrevermos os sujeitos partimos “não de uma representação da realidade, mas de uma interpretação construtora de significados” (BENTO, 2010, p. 2). As marcas anatomofológicas não se resumem apenas às circunstâncias do que seria diferente entre os corpos, mas também resultariam numa distinção binária e

heteronormativa, onde se gera um corpo-homem e um corpo-mulher com essências próprias onde à heterossexualidade daria concordância às diferenças binárias do gênero, ou seja, caberia ao feminino somente o corpo-mulher e ao masculino o corpo-homem (NICHOLSON, 2000).

As diferenças dadas ao corpo apresentam a ideia de identidade. Laquer (2001 *apud* GUIMARÃES, 2011), ao fazer uma pesquisa histórica a respeito da criação do corpo, viu que no final do século XVII os anatomistas labutavam com a convenção de que havia somente um corpo e pelo menos dois gêneros (isomorfismo), macho e fêmea, e por meio dele constatavam que o corpo feminino era uma versão inferior do corpo masculino (corpo de sexo único). Ou seja, o que distinguia masculinidade e feminilidade era o grau de perfeição e não de natureza dos corpos, ao contrário do dimorfismo, onde os órgãos sexuais é o que diferem o corpo feminino do masculino. Assim, com a passagem do isomorfismo ao dimorfismo, observamos que as diferenças naturais sexuais entre homens e mulheres mudam do grau de perfeição para as divergências biológicas dos corpos. Os discursos sobre o sexo então aparecem como meio de controle da sexualidade, sendo ele um dos mecanismos do biopoder (GUIMARÃES, 2011).

Partimos para o pressuposto do construto do sexo e gênero em que homens e mulheres são diferentes por terem as genitálias divergentes, considerando também que essas diferenças podem ocorrer culturalmente. Assim, Flores-Pereira (2012) utiliza três concepções de corpo humano: a) sendo o primeiro um corpo biológico, ligado ao construto sexo e atribuído a uma definição biológica e natural; b) ao segundo, o corpo social, ligado ao construto gênero, onde o corpo sexuado desenvolve comportamentos e personalidades em determinada cultura e sociedade; e c) por último o corpo pessoa, relacionando aos construtos de sexo e gênero para entender sua relação com o mundo, sendo ele a base para integrar pessoa-corpo-sexuado. Logo entendemos que o corpo sexuado é um objeto em que se esculpem símbolos, conceitos e que também está situado em determinado tempo-espço composto com base em características.

O termo gênero foi elaborado a partir dos anos sessenta pela teoria crítica feminista, cuja separação conceitual entre sexo e gênero pontua que o gênero é a formação cultural de sexo (ALMEIDA, 2003). Nicholson (2000) faz uma relação entre corpo, personalidade e comportamento, estabelecendo uma diferença entre fundacionismo biológico e determinismo biológico. Ao que ela conceituou de fundacionismo biológico, admite-se que os elementos biológicos coexistam de acordo com as feições de personalidade e comportamento, o que permite trabalhar com o gênero na sua capacidade de construção social. E ao determinismo biológico faz uma distinção ao que é biologicamente dado do que é socialmente construído.

A princípio, a ideia central para a definição de gênero seriam as diferenças a partir do sexo, mas na qualidade de categoria natural, binária e hierárquica, permanecendo uma essência totalizante, ou seja, a forma natural do masculino e feminino seria única e homogênea (NARVAZ; KOLLER, 2006). Aqui complementamos as características de sexo aos aspectos biológicos; e gênero entendido como uma construção cultural entre homens e mulheres com base na dessemelhança do sexo. Vemos assim que o gênero designa as relações sociais entre o sexo, remetendo as criações sobre papéis próprios aos homens e mulheres, dando uma forma primária de poder.

Butler (2003) transcende essa concepção ao dizer que gênero não deve ser atribuído como um elemento meramente cultural, ou seja, o gênero ultrapassa o cultural, devendo ser analisado também em função de seus elementos discursivos e políticos,

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria em seu gênero, não faz sentido definir gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção

mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p.25).

Tal concepção a respeito do constructo de gênero exprime que este passa por um processo de desnaturalização e desconstrução, saindo do contexto de não ser mais atribuído a um sexo natural como também não estar relacionado a uma única forma de ser homem ou mulher. Gênero sai da perspectiva binária de dois sexos e dois gêneros, e passa a compreender como uma relação que acontece no campo discursivo e histórico relacionado ao poder (SCOTT, 1995).

O gênero foi assunto da teoria feminista da terceira onda através de averiguações, mostrando a existência de diversidades e pluralidade que podem ser identificados nas vivências de gênero, afirmando haver múltiplas masculinidades, feminilidades e homossexualidades. (MARTINS, 2013). O gênero fora utilizado para dar, de acordo com Nicholson (2000, p. 3), “referências a formas femininas e masculinas dentro da relação social da sociedade na distinção entre fenômenos codificados em termos de “masculino” e ‘feminino’”. A autora ainda complementa dando um exemplo, relacionando um cabide vertical a um corpo, onde, à medida que se fosse jogando artefatos diferentes, moldava-se sua personalidade e comportamento, portanto, como o corpo podia ser visto na sociedade.

Bento (2010) aborda sobre quando os sujeitos não desempenham os processos de gêneros inteligíveis, como no caso dos homossexuais, que desobedecem às normas que qualificam como condutas corretas. Nesse sentido, “não decorre aí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2003, p.24).

Butler (2003) define a esses sujeitos que saem da lógica dos gêneros inteligíveis de abjetos, como exemplo as práticas travestis, pois eles constituem a uma forma de construção que não atende coerentemente a forma heterossexual reprodutiva, colocando em xeque a heteronormatividade e diferenciação sexual, deslocando esta lógica. Logo, percebemos que o modo das travestis se fazerem mulheres coloca em evidência às características performativas e artificiais das identidades de gênero.

Assim, a noção essencialista da mulher e de uma identidade de gênero feminina substitui-se pelas múltiplas e complexas possibilidades de identidades, onde o gênero passa a ser mais um aspecto, simultaneamente ligado à classe, raça, etnia, idade e orientação sexual. Apesar de que, dentro e fora do feminismo, constatava ainda em seu campo de análise mesmo às várias formas de sujeitos, havia certa exclusão de qualquer perfil que não seria homem e mulher (LIMA, 2008).

O movimento feminista levantou como ideia central a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, abordando a submissão à qual as mulheres eram impostas em organizações tradicionais, em função da hierarquização que fora socialmente construída decorrente da dissimetria de gênero (ALVES; PINTAGUY, 1985).

Como citado anteriormente, o conceito de gênero parte da construção social dada a homens e mulheres. Para cada um eram concedidos papéis diferentes dentro da sociedade, de acordo com os costumes do lugar, da experiência cotidiana da pessoa, bem como a forma que se constituía a vida familiar e política de cada povo (ALVES; PINTAGUY, 1985). Assim, as representações sociais delimitavam-se através de categorias sociais que retratavam comportamentos como verídicos da época, que se construam no cotidiano sociocultural local entre sujeitos (BENEVENTO; SANTANA, 2013).

Tradicionalmente cabia aos homens a rigidez, a força e a racionalidade, trabalhando fora de casa e assumindo a condição de provedores da família. Ao passo que às mulheres

cabiam às tarefas domésticas, ser esposas e mães, não tendo reconhecimento, nem remuneração, sendo submissas, assim, à dominância masculina (ECCEL; ALCADIPANI, 2012). Percebemos que a partir das qualidades atribuídas ao homem via-se a valorização desigual das atividades, surgindo a disparidade de poder, por meio do desprezo às atividades ditas femininas.

Butler (2003) aponta o discurso estruturalista de Lévi-Strauss como uma forma universal e reguladora que descrevia todos os sistemas de parentesco. Através do matrimônio, a mulher era o objeto de troca que alicerçava as relações de parentesco pelo oferecimento de um dote de um clã patrilinear para outro. É na família patrilinear que a mulher fica sob domínio da autoridade masculina. Era submissa ao seu marido, tratada como inferior, sendo escrava de seu parceiro como um mero instrumento de reprodução. Logo, vemos que a desigualdade de gêneros se reflete numa sociedade de dominados e dominantes. É na instituição familiar monogâmica que a opressão de gênero de início foi exercida, tendo a mulher que cumprir suas funções sociais enquanto um ser dominado inserido na família (TABUCHI; ROMFELD, 2013).

Fica entendido que não são as características sexuais que mostram o destaque ou a desvalorização atribuído a homens e mulheres, mas a forma como a sociedade, em um dado contexto histórico, compreende como se constituem as relações sociais (LOURO, 1997). Além da família monogâmica se organizar hegemonicamente, o laço matrimonial na sociedade capitalista era apenas às mulheres que essa monogamia se implantava, ou seja, a fidelidade conjugal masculina não seria adotada com tanta rigidez em relação a elas (TABUCHI; ROMFELD, 2013). Assim sendo, com os papéis sociais distinguidos para homens e mulheres através da instituição familiar, para Marx, esta seria a primeira divisão do trabalho.

Com a divisão do trabalho, na qual todas estas contradições estão dadas e que repousa, por sua vez, na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, dá-se ao mesmo tempo a distribuição, e com efeito a distribuição desigual, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família, embora ainda tosca e latente, é a primeira propriedade, que aqui, aliás, já corresponde perfeitamente à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho de outros (MARX, 1986, p.46).

Apontamos a família burguesa sendo uma unidade econômica, que serve de garantia de espécie, garantindo o direito de herança e transmissão de patrimônio. Observamos que foi considerado na instituição familiar como um modo de produção capitalista, percebendo que a mulher estava ali para cumprir suas funções sociais, como o trabalho doméstico, amparo dos filhos e ser uma boa esposa. Com o tempo há mudança na estrutura familiar burguesa com a necessidade de inserção dela no mercado de trabalho, sendo não mais admissível caracterizar a rigor a divisão entre o homem provedor e mulher dona de casa (TABUCHI; ROMFELD, 2013).

Com a Revolução Industrial, marco que fortalece o capitalismo, a mulher se insere nas relações produtivas sob condições desumanas, extensas jornadas de trabalho e remuneração baixa para atender aos imperativos do acelerado processo de acumulação. Com a Revolução vimos uma transformação de ordem econômica, política, cultural e social em todo o mundo, mudando diretamente na vida da população. Nesse contexto, a mulher, além de executar funções produtivas no trabalho, tinha as funções reprodutivas, o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, o que predominava uma carga tripla de jornada. (GIRALDELLI, 2007).



Para Nery (2005), a justificativa para os baixos salários e desvalorização à atuação das mulheres no mercado de trabalho seria pelo fato de o homem trabalhar e sustentá-la, não havendo necessidade de que ela ganhasse um salário equivalente ou superior ao do homem. Porém, Tabuchi e Romfeld (2013) afirmam que é na sociedade de produção capitalista que obtém-se lucro através da exploração da força de trabalho, visto que o capital se aproveita das desigualdades de gênero para melhor explorar a mulher como força de trabalho, em vista do lucro.

Assim vimos que os movimentos feministas foram fundamentais na busca dos direitos para as mulheres, onde, a princípio, tentaram obter igualdade de direitos civis, políticos e educativos que antes eram destinados aos homens (primeira onda). Em seguida enfatizaram na denúncia da opressão masculina e igualdade na valorização das diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade às qualidades e experiências femininas, antes negligenciadas (segunda onda); e por último na alteridade, diversidade e produção discursiva da subjetividade (terceira onda) (NARVAZ; KOLLER, 2006).

É notório vemos ainda várias formas de discriminação que aparecem no cotidiano das mulheres como resistência em promoção profissional, assédio moral, acarretando também pressões que sofrem no mercado de trabalho, tanto com a exigência de qualificação profissional como também de aparência física. (BENEVENTO; SANTANA, 2013). Visto também que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho quanto à produção, conteúdo e significado do trabalho levam a ficar alerta aos requisitos de qualificação e contratação do trabalhador, acarretando também à diminuição do emprego estável, aumento de desemprego e subemprego, e advento de várias atípicas ocupações. (ECCEL; FLACH; OLTRAMARI, 2007)

Além do mais, a dominação hegemônica masculina não atinge somente mulheres como também em grupo de homem homossexual travesti, por agirem de forma afeminada, resultando em estigmatização, exclusão, violência, discriminação. Portanto, vemos na estrutura binária (homem/mulher e hetero/homo) como elemento fundamental para contexto da identidade sexual na sociedade porém, quando o sujeito segue uma linha oposta, ele poderá ser desvalorizado ou designado como minoria por considera-lo desviante das normas que rege como verdadeiras (SOUZA; CARRIERI, 2010). Por fim, a problemática da heteronormatividade ainda está presente no contexto social, assim como as dificuldades que impedem essas pessoas consideradas fora do padrão natural a se inserir num mercado de trabalho formal.

Em relação ao trabalho, vemos que a sexualidade e trabalho tornam-se importantes, pois estes são considerados parâmetros centrais na sujeição contemporânea logo são balizadores fundamentais para o reconhecimento do indivíduo. Assim configuram os sujeitos no modo de ser e existir no mundo. Além do mais “a relação entre trabalho e subjetividade engendraria as formas pelas quais os sujeitos foram sendo subjetivados como trabalhadoras/es, aderindo a modos de ser, pensar e agir, de acordo com um código moral vigente e seguindo um regime de verdades” (NARDI; RODRIGUES, 2008 p.133).

Desse modo, analisamos a complexidade que às mudanças na vida dos sujeitos acarretam no modo de se por na sociedade mediante as tarefas que lhes são impostas, como também ao viverem no avesso desse dispositivo de normalização (heteronormativo), veem dificuldades de se inserir no mundo do trabalho. Mais adiante trataremos do trabalho, meio que pode ser entendido como uma forma de se relacionar com pessoas, como também adquirir reconhecimento social, onde passa por várias concepções e resulta na formação de identidade do trabalhador. Em vista disso temos o trabalho sexual, diferente dos demais trabalhos assalariados existentes, é a exploração e venda do sujeito como um objeto sexual, como uma mercadoria (objeto-mercadoria) a pessoa em situação de prostituição é negociada, possui valor de uso – tendo uma utilidade: satisfazer os desejos sexuais que é consumido no ato

sexual – e valor de troca – é trocada por um equivalente universal, o dinheiro (TABUCHI; ROMFELD, 2013).

### 3 TRABALHO SEXUAL - O CORPO COMO FONTE ECONÔMICA

Desde os primórdios, o homem transforma a natureza de acordo com seus interesses e necessidades, o que lhe permite manter a sua existência e realizar-se de forma histórica e social. O trabalho é visto como uma ação humana por excelência e trabalhar é uma maneira de se relacionar no cerne de um grupo social, por meio do processo de criação e do espaço de reconhecimento que é proporcionado por tal criação (OLIVEIRA, 2008).

De acordo com Guerreiro Ramos (2009), o trabalho passou por várias mutações, a começar do trabalho criação, onde existia prazer na produção, uma vez que este era oriundo de um forte instinto de sobrevivência, e depois perpassou por vários significados, desde fonte de preconceito, valor mercadológico até a sua racionalização. A relação trabalho e trabalhador passou a ser questionada devido ao desequilíbrio social que causou, pois o trabalhador, como ser social, não desejava ser mais tratado como uma peça voltada ao lucro no ambiente funcional. Assim, como afirma Codo (1986), o trabalho passou a ter um sentido de sofrimento, tortura, pois rouba do homem o seu destino, retira o que se tem de humano.

Segundo Albanoz (2004, p. 8), o trabalho é carregado de várias significações e, mesmo sendo compreensível, o seu conteúdo pode variar:

Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas.

O trabalho, ao mesmo tempo que favorece o reconhecimento social, é visto como o desgaste da liberdade do homem, ou seja, é uma via de mão dupla: às vezes permeada de prazer, às vezes, regada a sofrimento. O prazer-sofrimento resulta das experiências pessoais e inconscientes, decorrentes do atrito entre a história de vida do indivíduo e o contexto das relações de trabalho, onde o prazer é vivenciado através da valorização e reconhecimento no trabalho. Já o sofrimento diz respeito ao desgaste, que resulta do cansaço, desânimo e descontentamento com o trabalho (MENDES; TAMAYO, 1999). O prazer-sofrimento no trabalho não está focado diretamente na atividade que é desempenhada, mas pelas condições que o trabalhador encontra para construir a sua identidade na atividade laboral que está inserido (PINHEIRO; BARROS; JUNIOR, 2012). Trata-se das vivências do trabalhador com seu trabalho.

A vida social do indivíduo é espelho do seu trabalho, o indivíduo que possui uma vida cheia de sentido fora do trabalho pressupõe que encontra sentido e realização em seu trabalho, visto que o trabalho permeia todas as esferas da sua vida. A sensação de não realização no interior da vida laborativa, de certa forma, afetará as realizações das esferas fora do trabalho (ANTUNES, 2011, p.112).

De acordo com Dejours (1999) *apud* Heloani e Capitão (2012, p.23), “o trabalho possui função psíquica (constituição da identidade e da subjetividade) e engendra um espaço social de reconhecimento, de gratificação e de mobilização da inteligência.” O prazer ou sofrimento laboral estão diretamente ligados à carga psíquica do trabalho, onde esta é gerida pela vontade do outro. Ainda segundo Dejours (1994) *apud* Pinheiro, Barros e Junior (2012, p.83) “[...] o trabalhador é, de certa maneira, despossuído do seu corpo físico e nervoso, domesticado e forçado a agir conforme a vontade do outro”. Essa carga psíquica é resultado

do conflito existente entre o controle exercido pelo empregador sobre a vontade do trabalhador.

Além de determinar as relações interpessoais, inclusão, formas de participação no meio social, reconhecimento e status, o trabalho é responsável pela formação identitária do trabalhador, o ponto de partida para a construção do seu conhecimento (OLIVEIRA, 2008). É uma atividade matriz da integração social, que possui a função de intervir e transformar a identidade e subjetividade do indivíduo, onde apresenta-se de forma a proporcionar o desenvolvimento econômico, político e psicossocial.

A formação de identidade do indivíduo é tratada sobre diversas esferas, como a individual e social. A identidade, na perspectiva individual, relaciona-se a representação pessoal e da autoestima do indivíduo; na perspectiva social, está relacionada às modalidades de pertencer aos grupos, aos diversos papéis e representações que ele vive, inclusive a representação profissional (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007). A forma como nos percebemos e somos percebidos pelo outro, através do trabalho que realizamos, é um fator contribuinte pra a formação da nossa identidade, fortalecendo a autoestima do indivíduo, ultrapassando a função de sobrevivência e adentrando a função psicológica.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, se refere aos direitos sociais, que, conforme Pessoa (2011), são contribuições positivas viabilizadas pelo Estado e expressas em normas constitucionais que proporcionam melhores condições de vida aos mais fracos a fim de equalizar situações sociais desiguais. Dentre esses direitos sociais está o trabalho. Foi intervindo dessa forma que o governo encontrou uma maneira que buscasse diminuir as desigualdades sociais provenientes das consequências geradas pela Revolução Industrial, como o desemprego em massa. Vê-se que ao passo que as Constituições Federais evoluíram, as normas trabalhistas também passaram por transformações, e hoje é reconhecida como um direito social.

Porém, ainda conforme o ponto de vista de Pessoa (2011), não existe um dispositivo formal que garanta trabalho aos brasileiros, o que existem são leis que visam assistir e amparar o trabalhador propondo uma humanização do trabalho, para que o trabalhador tenha subsídios suficientes para uma vida saudável e digna. A partir daí percebemos que mesmo sendo um direito social, o trabalho como forma de proporcionar a sobrevivência e manutenção das necessidades básicas, possui inúmeras divergências e dentre elas o desemprego.

O alto desemprego contemporâneo é um problema que atinge, principalmente, as classes menos favorecidas, que, como afirma Assis (2002), “[...] passou a ser uma condição permanente do capitalismo contemporâneo, determinada tecnologicamente por causa do aumento da produtividade acima do aumento da produção”. É um problema que praticamente existirá enquanto houver a necessidade de produção e consumo, e aqui se percebe a não realização da igualdade de oportunidades ou de condições, contribuindo assim para o aumento cada vez mais de pessoas que buscam garantir sua renda por meio do trabalho informal.

Com a grande demanda por especialização e qualificação de mão de obra no mercado formal e, conseqüentemente, a restrição das possibilidades de atuação nas atividades laborais, ocorre a limitação daqueles que procuram as atividades informais e desvalorizadas como única opção de trabalho (BARROS, 2006). Assim, o trabalho sexual aparece como mais uma opção de fonte econômica dentre outras, consideradas marginalizadas.

Segundo Gomes (2010), o trabalho sexual pode ser definido como “(...) uma atividade, na qual se ganha dinheiro a partir da prática de atos sexuais, explorando-se o corpo como atividade profissional.” Se caracteriza como a prestação de um serviço sexual que envolve duas ou mais pessoas, independente do sexo, que praticam relações sexuais mediante pagamento de uma das partes. De acordo com Silva, Costa e Nascimento (2010), o trabalho

de natureza sexual compreende a prática laboral, caracterizada por significados sociais, históricos e culturais erguidos sobre as circunstâncias da época e do local em que é praticado.

O labor da prostituição é reconhecido enquanto profissão e foi introduzido na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) a partir de 2002, com o código 5198 e é definido como a busca por programas sexuais, atendimento e acompanhamento de clientes, participação em ações educativas no campo da sexualidade, sendo que essas atividades são realizadas de forma autônoma em vários lugares e horários. No exercício da profissão, a CBO prevê alguns riscos que esses profissionais correm, como discriminação social, o contágio de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), maus tratos, violência de rua e até morte (BRASIL, 2014). Porém, mesmo sendo classificado pela CBO como profissão, o trabalho sexual não é reconhecido socialmente, pois os que atuam nesta área não usufruem de quaisquer direitos trabalhistas que são pertinentes às outras categorias profissionais. “O não reconhecimento parte tanto da sociedade quanto das próprias prostitutas que muitas vezes optam por designar a atividade como exclusivamente transitória” (MORAES, 1995, p.73).

Em se tratando de atividades sexuais, a prostituição reflete uma imagem negativa nos sujeitos que a exercem, embora a mulher seja, tradicionalmente, a mais discriminada, seguida de travestis e transexuais. Isso porque outro estigma presente nessa relação é que, mesmo com a entrada de homens nesse nicho de mercado, a prostituição ainda é uma atividade predominantemente desempenhada por mulheres em todo o mundo. Sua perspectiva de mulher, cidadã e mãe vão sendo excluídos pela sociedade e substituídos por ações discriminatórias no seu cotidiano. Tais ações resultam de estereótipos morais, sociais ou econômicos, adotados pela sociedade, que ainda criminaliza e rejeita as profissionais do sexo, mesmo a prostituição adulta sendo uma profissão reconhecida (RUSSO, 2007). Assim acontece com os profissionais do sexo, que comumente são apontados como pessoas marginalizadas, pois a sociedade os considera praticantes de atos imorais por movimentarem um negócio lucrativo, porém envolto de tabus: a indústria do sexo.

A prática da atividade de natureza sexual como fonte de renda, mesmo sendo um fenômeno comum em muitos países e possuindo uma carga de faturamento comprovada pela sua permanência ao longo dos tempos no mercado, é estigmatizada na sociedade como um trabalho permeado de preconceitos que se alicerçam em um ofício de intensa vulgaridade e promiscuidade, onde quem exerce tal profissão é apenas a prostituta, a mulher, aquela tida como sexo frágil e que gera pouco lucro para as demais categorias profissionais quando comparada com o sexo masculino (GOMES, 2010). A antropóloga Susana Rostagnol (2000, p.95) retifica esse entendimento formado pelo “achismo” popular e explica que:

A prostituição é um fenômeno social extremamente complexo que atravessa traços profundos da sociedade, com múltiplas derivações. Diz respeito à economia, ao trabalho, à sexualidade, à moral e às relações de gênero. Mulheres, homens, homossexuais, transexuais, travestis e crianças, todos eles engrossam as fileiras da prostituição. Sendo um fenômeno social, ocasionalmente é tratado como um fenômeno natural. Com frequência, prostituição e prostitutas são consideradas sinônimos, de tal forma que todo sistema da prostituição passa a ser visto e definido a partir das prostitutas, esquecendo que a prostituição envolve uma relação entre alguém que vende os serviços sexuais e alguém que os compra.

Para Maia, Chacham e Lopes (2002), ignorar as peculiaridades e os aspectos incluídos na prática do sexo comercial é uma forma disfarçada de a sociedade condenar os profissionais do sexo. Na sociedade capitalista há uma grande desigualdade social, acesso restrito a políticas sociais, fracasso da escolarização e condições especiais das relações familiares, fatores esses que desencadeiam grandes oportunidades para a mercantilização do corpo.

A atividade sexual comercial, além de se apresentar como alternativa de sobrevivência, envolve relações psicossociais e culturais para os que penetram nesse cotidiano

oprimido pelas necessidades mais elementares do ser humano: comer, vestir, sustentar a família, residir. Porém, muitas vezes se mostra como um fascínio para os que entram nela por opção. O corpo é utilizado como objeto útil, um produto, uma mercadoria a ser vendida e usada em troca de um preço. A justificativa para o exercício desta atividade está na necessidade de sobrevivência de um lado, e de outro, um certo “glamour”, a medida em que o corpo é objeto de sedução e desejo (MANZONI; MARTINEZ, 2008).

De acordo com Russo (2007), os profissionais do sexo possuem seu corpo e dele fazem uso como objeto de negócio. Eles trocam o prazer que podem proporcionar por algo capaz de garantir o custeio de suas necessidades diárias. É o que também se pode observar na pesquisa realizada com as prostitutas da cidade de Ribeirão Preto, por Molina e Kodato (2005), onde constatou-se que a prostituição seria uma forma de poder sobreviver por meio de seu próprio corpo ou de um pedaço dele.

Conforme Ceccarelli (2008), dados do “Centro de Educação Sexual, ONG que trabalha com garotas e garotos de programa do Rio de Janeiro e Niterói, estima que a maioria dessas pessoas se prostitui para sobreviver, mas guardam a esperança de encontrar um grande amor e mudar de vida”. Para eles, a prostituição seria, em um primeiro momento, uma solução temporária até encontrar um trabalho formal, porém permanece como a única alternativa de sobrevivência, devido à falta de qualificação profissional para a entrada no mercado de trabalho. A prostituição denota uma saída imediata para problemas financeiros. (FONAI e DELLITI, 2007).

Outro ponto que o nosso trabalho aborda é a prostituição como fonte de renda para as travestis, que também adentram essa profissão marginalizada pelo fato de serem discriminadas e, conforme Kulick (2009), terem o acesso aos espaços públicos restringidos. A privação das travestis no mercado de trabalho é uma consequência da estigmatização e preconceito dos quais elas são alvo, os quais muitas vezes resultam em atos de violência física desde a infância e colaboram na sua evasão escolar já nos primeiros anos, contribuindo para a baixa qualificação profissional destes indivíduos. Além do mais, quando são aceitas no mercado de trabalho formal, ocupam posições subalternas e, em sua grande maioria, operacionais em indústrias específicas, como entretenimento, lazer e beleza, entre outros (IRIGARAY, 2012). Confirmando este aspecto, Saraiva (2012) relata também a existência das profissões estigmatizadas por relações de gênero, como se assumir determinadas carreiras em função do gênero fosse uma escolha natural dos indivíduos, pois a fundamentação de estereótipos em que esses estigmas se sustentam abrange a orientação sexual, os quais o ser gay define a atuação em uma profissão específica.

As travestis também são estigmatizadas e vistas socialmente como prostitutas, pois são poucas as que conseguem se inserir em outras atividades no mercado de trabalho (IRIGARAY, 2012), e aquelas que exercem o trabalho sexual, não buscam a prostituição motivadas somente pela necessidade econômica, “mas também como um espaço de afirmação da feminilidade e como um campo de experiência prazerosas, bem mais do que entre a maioria das prostitutas mulheres (KULLICK, 1998; BENEDETTI 2000; GARCIA 2008).

Por se tratar de uma atividade que envolve a venda de corpos, o trabalho sexual é uma profissão que beneficia corpos jovens, e propicia maior rentabilidade para estes. Os profissionais mais jovens possuem um maior número de clientes com relação àqueles já considerados em idade avançada para a execução da atividade. De acordo com Perlongher (1987), a idade induz a desvalorização no universo homoerótico, inibindo o encontro de parceiros para atividades sexuais casuais e suscitando a necessidade de se pagar pelas mesmas. Conforme a análise realizada por Benedetti (2005, p.224):

É na convivência nos territórios de prostituição que as travestis incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos truques e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências (especialmente os

sexuais) e muitas vezes ganham ou adotam um nome feminino. Este é um dos importantes espaços onde as travestis constroem-se corporal, subjetiva e socialmente.

Os encontros nos pontos e ambientes de trabalho sexual transformam o local em espaços de socialização. De fato, segundo Diehl (2009), as ruas são espaços exclusivos que se abrem a presença desses profissionais, principalmente à noite, quando a maior parte da população está recolhida.

Os profissionais do sexo padecem diante da insegurança de um mercado mutável e da baixa no movimento, onde cada trabalhador faz uso de técnicas pessoais e buscam aperfeiçoar-se cada vez mais para melhor atender a clientela, caracterizando a prostituição enquanto trabalho (ANDRADE et.al, 2013). Para Oliveira (2008), abordar a prostituição como trabalho é visualizar um negócio que envolve vários aspectos mercadológicos, como financeiros, prazos, satisfação, fidelização do cliente, prosperidade, riscos à saúde e à segurança. Ainda de acordo com Oliveira (2007) a prostituição possui uma sobrecarga psíquica, em que esses profissionais além de vivenciarem uma situação de marginalização, são rodeados cotidianamente por situações de risco e pressões sociais.

Entre os motivos que levam a sociedade a condenar a prostituição, é o fato dos profissionais que exercem essa profissão serem rotulados de propagadores de DSTs, devido a grande quantidade de clientes com históricos desconhecidos. Isso pode ser observado nos estudos sobre o trabalho sexual, principalmente aqueles ligados a área da saúde, pois é amplo o volume de estudos que aborda a prostituição e as doenças sexualmente transmissíveis. Nesse aspecto o trabalho desses profissionais remete uma carga negativa, pois além de marginalizado e excluído, pode trazer sofrimento, patologias e doenças sexualmente transmissíveis. Outros aspectos estão relacionados aos valores religiosos e morais, em que a atividade é tida como degradante e deve ser combatida. Ainda existe a concepção de que o sexo não deve ser utilizado como forma de trabalho, o que torna o cotidiano dos profissionais do sexo repleto de estigmas e preconceitos (SILVA; SILVA; MAFRA 2013).

#### **4 METODOLOGIA**

Nesta pesquisa temos como objetivo compreender como se constitui o cotidiano do trabalho dos profissionais do sexo da cidade de Picos e macrorregião, em seu contexto social, econômico e simbólico. Buscamos verificar quais as percepções desses profissionais em relação à atividade sexual como trabalho, por qual motivo o escolheram como fonte de renda, de que forma se projeta a sua rotina de trabalho, além da maneira como a sociedade os percebe por exercerem esta profissão, identificando os estereótipos e estigmas envolvidos nessa atividade informal e marginalizada.

A pesquisa realizada é um estudo qualitativo, que, de acordo com Michel (2005), é fundamentado no debate da ligação entre os dados interpessoais e situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos. Optamos por utilizar a pesquisa de campo, pois ainda de acordo com linha de pensamento do mesmo autor, o homem enquanto objeto de estudo, inserido em determinado contexto social, necessita de instrumentos que permitem coletar dados da vida real, das suas experiências e vivências cotidianas para examinar, testar e confirmar como a teoria estudada se aplica ao mundo real. Logo, a nossa pesquisa se trata de um estudo de cunho social, revelando o sujeito em seu contexto individual e coletivo com seus sentimentos, crenças e valores.

Assim, o método escolhido para a pesquisa foi o de estudo de caso associado à história de vida. O primeiro está relacionado a uma “visão global do problema ou identifica possíveis fatores que o influenciam ou que são por ele influenciados” (GIL, 2002 p. 55). O segundo se refere a “narrativas e relatos - sobre um fenômeno, um acontecimento ou um período de

tempo” (BARROS, 2010 p. 69). De acordo com Cavedon e Ferraz (2003 p.7) “uma fonte capaz de trazer à cena da pesquisa novos fatos ou preocupações teóricas, algo que a historiografia ou os relatos oficiais disponibilizados nas fontes escritas não foi capaz de captar. A partir dos relatos, teorizações podem ser postas em xeque ou repensadas”.

Nesta pesquisa optamos por fazer a coleta de dados com profissionais do sexo da cidade de Picos e macrorregião, em que foram coletados no período de setembro a novembro de 2014. Ao todo, abordamos 11 profissionais do sexo, sendo 8 mulheres e 3 travestis, que conforme Irigaray (2010), “são indivíduos do sexo masculino que se vestem de mulher durante todo o dia”. Para a coleta de dados, utilizamos as técnicas de abordagem direta e entrevistas semiestruturadas.

A seleção dos entrevistados ocorreu a partir o uso da técnica bola de neve, na qual um participante indica outros e assim por diante (IRIGARAY, 2012). Explicamos que seria preservado o anonimato do entrevistado. Como instrumento de abordagem, usamos gravadores de voz, onde as informações colhidas foram transcritas e posteriormente analisadas em categorias temáticas. Os critérios para seleção dos entrevistados foram sujeitos: a) que exerciam a atividade sexual na cidade de Picos-PI e macrorregião; b) que estavam disponíveis para participar da pesquisa no momento da investigação; e c) e tinham idade acima dos 18 anos.

As entrevistas foram realizadas com profissionais cadastrados na APROSEP (Associação dos Profissionais do Sexo na cidade de Picos) e de profissionais não cadastrados, uma vez que alguns não pertenciam aos locais abrangidos por esta ou não tinham conhecimento da sua existência. A APROSEP foi fundada no ano de 2004 com o intuito de fazer o controle da quantidade de profissionais do sexo que atuavam em Picos e macrorregião, além de promover a conscientização e orientação sobre a profissão. Mais detalhes sobre a associação serão expostos na análise dos resultados.

Inicialmente encontramos algumas limitações para realizar a pesquisa de campo, como choque de horários entre participantes e entrevistados, resistências de alguns profissionais em nos conceder as entrevistas e a própria dificuldade em encontra-los, pois alguns proprietários de pontos de encontro negavam a existência desses profissionais em seus estabelecimentos.

Àqueles que voluntariamente se dispuseram a participar do estudo, foi apresentado e assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas ocorreram nos locais escolhidos pelos participantes, onde, em alguns casos, foram realizadas no próprio local de trabalho, durante o expediente; já em outros casos, fora do expediente ou em outros ambientes. Os entrevistados trabalhavam, em sua maioria, em bares.

Para a análise de dados usamos a análise de conteúdo, que interpreta as diversas formas de linguagens, verbais e não verbais, nesse caso, de observação direta e entrevistas. Michel (2005, p.50) explica que:

Seu objetivo é aprofundar a análise do conteúdo das informações prestadas pela pessoa que forneceu os dados, procurando ver e analisar, em maior profundidade, a pertinência das respostas, a lógica, a coerência, a fidedignidade dos dados informados, eventuais distorções e omissões voluntárias entre outros.

Pactuando com a ideia de Michel (2005) e Bardin (1977) afirma que a análise de conteúdo representa um conjunto de procedimentos de análises de comunicações. É uma análise de dados que deve ser construída levando-se em conta cada discurso em sua forma particular, pois deve compreender o sentido dos mais variados discursos de forma objetiva. Dessa forma, todas as entrevistas foram analisadas em profundidade a partir da construção do discurso de cada profissional do sexo.

## 5 ANÁLISE DE RESULTADOS

No presente capítulo abordamos os dados provindos das entrevistas realizadas com profissionais do sexo para, além de traçarmos o perfil dos que atuam nessa atividade na cidade de Picos e macrorregião, analisar a relação que possuem com o trabalho sexual como profissão.

No Quadro 1, podemos observar como se caracteriza o perfil socioeconômico dos profissionais que atuam no comércio sexual nessa região.

**Quadro 1 – Características socioeconômicas dos profissionais do sexo de Picos e Macrorregião.**

Sujeito	Idade	Sexo	Estado civil	Escolaridade	Tempo de profissão Sexual	Outra atividade profissional	Renda	Possui filhos
E1 Picos	44	M	Solteira	Ensino médio completo	-	Não	1 salário	2
E2 Pernambuco	23	M	Divorciada	Ensino médio completo	-	Não	Bem acima de 1 salario	2
E3 Valença do Piauí	28	M	Solteira	Ensino médio incompleto	02 anos	Não	1 salário	2
E4 Valença do Piauí	34	M	Solteira (Em um relacionamento)	Ensino fundamental completo	06 anos	Não	De 1 a 2 salários	1
E5 Picos	34	M	Viúva	Ensino fundamental incompleto	-	Diarista	Não soube dizer	2
E6 Picos	28	M	Solteira (Em um relacionamento)	Ensino fundamental incompleto	02 anos	Não	500 reais	1
E7 Picos	22	H - T*	Solteira (Em um relacionamento)	Ensino médio completo	1 ano e meio	Não	1 salário	Não
E8 Francisco Santos	28	M	Divorciada (Em um relacionamento)	Ensino fundamental incompleto	5 anos	Não	Não soube dizer	2
E9 Picos	48	M	Solteira	Ensino fundamental completo	32 anos	Sim	Menos de 1 salário	1
E10 Picos	22	H -T	Solteira	Ensino médio completo	02 anos	Garçonete	1 salário	Não
E11 Picos	22	H -T	Solteira	Ensino médio completo	06 anos	Não	1 salário	Não

\*T - Travesti

Conforme pudemos observar no quadro 1, as entrevistas foram realizadas com 11 profissionais do sexo, os quais 8 são mulheres e 3 são homens, onde estes se declararam travestis. Foram entrevistados profissionais do sexo de poder aquisitivo e lugares diversos. A idade dos pesquisados varia entre 22 e 48 anos. Com relação ao estado civil constatamos que 8 são solteiros, 2 divorciadas e 1 viúva. Constatamos ainda, que 4 sujeitos estão em um



relacionamento, o que demonstra que mesmo atuando como profissionais do sexo, é possível constituir relações afetivas.

Levando em conta o nível de escolaridade observamos que a maioria não possui o nível educacional avançado, onde apenas 5 dos entrevistados conseguiram concluir o ensino médio. Os resultados mostraram que o tempo de profissão sexual dos entrevistados varia de 1 ano e meio a 32 anos de atuação, o que demonstra um longo período no exercício da profissão no comércio sexual. A maioria declarou não possuir outra atividade remunerada, o que reforça que o trabalho sexual é a principal fonte de renda, e mesmo os que acumulam outra atividade profissional, como garçons e domésticas por exemplo, que também se enquadram como atividades de prestação de serviço, são atividades que não possuem tanto status, sendo consideradas profissões marginalizadas.

A maioria das rendas mensais tanto de quem atua apenas na prostituição como os que acumulam outras atividades não chega a ultrapassar um salário mínimo, o que demonstra um reduzido nível socioeconômico. Dos entrevistados apenas oito possuem filhos, sendo que duas afirmam ter filhos provindos de programa sexual.

### **5.1 O sexo como profissão**

A Associação dos Profissionais do Sexo de Picos (APROSEP) foi fundada no ano de 2004 na cidade de Picos com o intuito de dar assistência a esses profissionais por meio da distribuição de materiais de serviço, palestras educativas, além de facilitar o acesso ao atendimento médico, principalmente, para a realização de exames preventivos. Inicialmente, a APROSEP surgiu de uma parceria entre os profissionais do sexo e o Programa Saúde da Família (PSF), como uma forma de orientá-los sobre os riscos das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e fazer um controle sobre o número de profissionais que estavam atuando em Picos. Atualmente, a Associação possui 400 pessoas cadastradas e conta com a parceria da Associação de Prostitutas de Teresina, Associação de Prostitutas de Fortaleza, Secretaria Municipal de Saúde, por meio do PSF, e Centro de Aconselhamento sobre DST/AIDS (CTA).

Entramos em contato com a presidente da Associação e buscamos algumas informações sobre como a instituição está atuando no cotidiano desses profissionais, o que melhorou, quais os problemas que estão passando e quais as perspectivas futuras.

A Associação iniciou com 8 pessoas cadastradas, que são seus representantes, divididos nas funções de presidente, vice-presidente, secretária, segunda secretária, tesoureira, segunda tesoureira, primeira e segunda pessoa do conselho fiscal, além de membros efetivos. Elas foram convidadas pela Presidente da Federação do Nordeste para ir até Fortaleza e ver como era a realidade das profissionais do sexo de lá, quais os trabalhos que eram feitos, como elas trabalhavam e passaram por um processo de multiplicação, isto é, formação de mais uma entidade associativa, ideia está que partiu da atual presidente da APROSEP. A quantidade de participantes foi aumentando gradativamente até chegar ao número atual, de cerca de 400 associadas.

Para realização dos cadastros eram requeridos o nome da profissional, dados como Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Registro Geral (RG), nomes dos pais, endereço, caso não fosse da cidade de Picos o motivo da vinda, o lugar onde a família estava residindo, se possui filhos, se possui casa própria e o motivo dela estar trabalhando nessa atividade. Todas essas informações eram necessárias, para fazer o controle da quantidade de profissionais do sexo, e principalmente, caso ocorresse algum problema com esses profissionais, tanto a família seria acionada como eles teriam como ser identificados. Segundo a presidente, hoje não se pode fazer recadastramento ou mesmo o cadastramento de outros profissionais do sexo, tanto por problemas estruturais da Associação, como pelo aumento de profissionais do sexo menores de

idade, pois a realização de programas sexuais com menores de 18 anos é considerada crime de exploração sexual.

A APROSEP possui apenas mulheres cadastradas, e todos os que participam são profissionais do sexo ou já foram, inclusive os que são responsáveis pela sua administração. A parte de distribuição de preservativos também abrange travestis que são profissionais do sexo e os parceiros fixos das profissionais cadastradas. Além de Picos, a Associação abrange as cidades de Jaicós, Santana do Piauí, Santa Cruz do Piauí, Piripiri, Gaturiano, Oeiras e Floriano.

Quando perguntamos se a Prefeitura de Picos mantinha algum vínculo de ajuda com a Associação, nos foi repassado que ultimamente não existe nenhum apoio financeiro, o que tem contribuído para seu enfraquecimento. A entidade está debilitada sem poder oferecer melhores serviços para os seus participantes, por falta de apoio financeiro e o próprio reconhecimento de seu papel na cidade de Picos.

(Fragmento 01) Nós tinha uma sede aqui que a gente alugou (...) Hoje não existe mais, de dois anos pra cá. **(E1 Presidente da Associação)**

Conforme observado o fragmento 01, a Associação não possui uma sede fixa, o que já mostra indícios de sua debilitação, assim suas reuniões são realizadas na residência da presidente, mesmo sem estrutura para acolher um grande número de pessoas.

Aqui podemos observar como o Estado não possui ações que encaixem todos os cidadãos, o que cria mais uma brecha para o aumento das desigualdades sociais, principalmente para aqueles que se encontram sem oportunidades de melhorar de vida. Existe a necessidade de intervenção do Poder Público, por meio de políticas públicas que fortaleçam as entidades representativas do trabalho, inclusive as que são voltadas para o trabalho sexual.

Para a presidente, a associação só veio a contribuir para esses profissionais, principalmente para diminuir a discriminação que sofrem diante da sociedade, através de algumas mudanças realizadas para melhorar seu cotidiano, como pode ser observado no fragmento 02.

(Fragmento 02) No momento mudou muitas coisas porque, primeiro o preconceito, a discriminação, é... a mudança do hábito de vida delas, é... vamos dizer, as leis, os direitos, a gente foi em busca de muitos direitos e elas agora estão realmente sabendo quais são os seus direitos, o quê que elas devem exercer e o que não deve, então eu acho que mudou muitas coisas, as informações preventivas, o uso do preservativo. **(E1 – Presidente da Associação)**

Essa mudança de hábitos por parte dos profissionais, como pode ser observado no relato da presidente, melhorou o entendimento sobre os direitos e deveres desses profissionais, a obtenção de informações preventivas, o que propiciou a diminuição do receio que os clientes tinham em estar utilizando os serviços dessas profissionais e poder contrair alguma doença. Ainda segundo a presidente, o trabalho desempenhado já mudou a vida de muitos associados, como a melhoria da prestação do serviço sexual, alguns conseguiram encontrar companheiros afetivos, e em alguns casos abandonar a profissão, outros já puderam dar continuidade aos estudos, porém ainda existe a falta de oportunidade.

A Associação, além de recursos de prevenção e orientação, busca oferecer cursos profissionalizantes para que esses profissionais estejam tendo outra opção de vida, pois segundo ela, a maioria deseja abandonar o comércio do sexo. Ela mesmo assegurou ter saído do trabalho sexual porque teve oportunidade, mas nem todos conseguem ter.

(Fragmento 03) A gente faz o trabalho preventivo, a gente faz o trabalho de conscientização, além disso também a gente busca cursos profissionalizantes pra elas tá mudando, tendo opção de vida (...) o trabalho que a associação vem

desempenhando é um trabalho que já mudou a vida de muitas mulheres, com conselhos, com orientação já arrumaram vários parceiros, viram que aquele parceiro quis ajudar ela, dar uma oportunidade dela ser dona de casa e hoje ela não quer mais a profissão, ela tá considerando aquele parceiro e que vive sua vida regular, mas falta a oportunidade de um trabalho. (...) Mas eu assim... o que eu digo é que eu gostaria que todas tivessem oportunidade que eu tive de mudar, vamos dizer, se eu era uma profissional do sexo, atuava dentro do bar e no prostíbulo, eu tive oportunidade de optar por uma outra vida, então eu mudei, eu não sou mais a profissional do sexo atuante, eu não atuo mais com esse trabalho porque eu tive oportunidade de ter um trabalho digno e é isso que eu gostaria que todas tivessem (...) **(E1 – Presidente da APROSEP)**

Como pudemos observar nas informações, mesmo sendo uma associação criada como uma entidade representativa, que busca melhorias de uma categoria, de um grupo social, nesse caso profissionais do sexo, a APROSEP se mostra contraditória, pois ao mesmo tempo em que ela deveria buscar apoio para o fortalecimento e melhoria das condições da profissão sexual, ela está desfavorecendo e enfraquecendo esta ocupação ao incentivar que os profissionais deixem essa profissão, quando informado que ela procura oferecer cursos que proporcionem a essas profissionais mudar de vida, que procurem uma melhor oportunidade de emprego, o que seria definido como uma forma de não reconhecimento da profissão e de suas características.

Muitos dos profissionais associados dizem não conhecer bem o papel da associação e que apenas recebem os materiais de serviços e, às vezes, são encaminhados para o serviço de saúde. Aqui se encontra mais uma vez, evidências de que profissões marginalizadas, como essa, encontram cada vez mais obstáculos para serem aceitas, e que o papel da Associação está mais voltado para um controle da quantidade de profissionais e orientação para a não contaminação e transmissão de DSTs, do que para o próprio reconhecimento e melhoria dessa categoria profissional.

Após colhermos informações da Associação, entramos em contato com os profissionais do sexo para identificarmos como se constrói seu cotidiano de trabalho e como se dá a caracterização do trabalho sexual nos espaços onde atuam. Essas informações foram obtidas por meio de indagações de como ingressaram na profissão, como veem o sexo como atividade laboral, bem como suas principais dificuldades, vantagens e desvantagens, além de suas expectativas em relação ao futuro.

De maneira geral pudemos perceber o trabalho sexual como uma atividade laboral que, para a maioria dos entrevistados é a única forma de obter alguma renda para a sua sobrevivência. Isso por não possuírem oportunidade de trabalho no mercado formal ou constatarem que a remuneração que poderiam receber pelo trabalho prestado em função de suas habilidades profissionais, não condizem com o necessário para sua sobrevivência. Isso pode ser observado tanto no quadro 1 quanto através dos relatos dos entrevistados quando perguntados a respeito do início da atuação nessa atividade, onde a maioria narra que o real motivo para essa inserção foi a necessidade, como se pode observar nos Fragmentos 4, 5 e 6.

(Fragmento 04) (...) nós era pessoa, como é que diz...bem humilde, trabalhando na roça, e a minha opção de vida foi por falta de oportunidade de trabalho e vamos dizer, meus pais não tinha condição de me dá aquilo que eu gostaria de ter. **(E1 – Presidente da APROSEP)**

(Fragmento 05) Eu fui casada, eu convivi com meu marido quase 7 anos, ai ele morreu. Ai depois que ele morreu, ai eu não tinha como sobreviver para criar meus filhos. Eu tenho 2 filhos. Ai como eu não tinha condições financeiras para mim criar os filhos, ai eu trabalhava em casa, de faxineira e tudo, e não é toda pessoa rica que quer uma pessoa solteira para trabalhar na casa. Aí eu sempre criei meus filhos

sozinha, se aparecer um lavado de roupa, eu lavo, se aparecer uma faxina, eu faço, mais faço programa também, sou mulher de programa. **(E5)**

(Fragmento 06) Ah, eu entrei tipo assim, por causa que eu perdi minha mãe muito cedo, não tem? Aí porque é diferente, a mãe faz comida, faz tudo. O pai não se importa de fazer feira, comprar essas coisas, aí começa faltar as coisas dentro de casa. **(E11 – Travesti)**

Como podemos ver nos fragmentos 4, 5 e 6, além da falta de oportunidade de trabalho, muitos adentraram na profissão porque precisavam manter a casa e filhos ou em função de uma dissolução matrimonial, onde por mais que exerçam outra atividade, o programa sexual é uma forma de aumentar a renda familiar ou até mesmo o responsável por toda a renda mensal. Outro ponto também citado para a escolha da profissão seria a perda de algum ente familiar responsável pelo seu sustento e assim decidem penetrar nesse cotidiano pelas necessidades mais elementares do ser humano: comer, vestir, residir, ou seja, seria uma estratégia de sobrevivência, como afirmam Manzoni e Martinez (2008). No fragmento 03 ainda é possível constatar a segmentação por gênero. Isso reforça as atribuições hegemônicas das atividades destinadas a homens e mulheres, considerando a mulher responsável pelo cuidado doméstico, ser mãe e esposa como explicado por Eccel e Alcadipani (2012).

Um ponto que chamou a atenção diz respeito a resposta das travestis que afirmam que entraram nessa profissão por necessidade e por opção, mas conforme destacado na fala da Entrevistada 11, esta necessidade surgiu por falta de oportunidade, resultado de preconceitos tanto por conta do gênero ou da orientação sexual.

(Fragmento 07) A única coisa que resta aqui em Picos pra travesti e gay e tudo, ou é trabalhar em salão secando cabelo, ou é nas cozinha lavando prato, essas coisas, maquiador, só isso. Você não vê um travesti numa loja despachando, você não vê uma travesti num caixa [caixa de receber pagamentos dos clientes], em um hospital, você não vê em outras profissões, só são essas. São profissões escondidas, que fica por detrás, ali assim na cozinha, em algum lugar. Aí não tem ... Falta de opção. **(E11 – Travesti)**

A Entrevistada 11 afirma que para quem é travesti só resta trabalhar em atividades associadas ao universo feminino e ligados aos ambientes de estética e moda, ou atividades domésticas, o que corrobora a linha de pensamento de Saraiva (2012), que expressa existência de profissões estigmatizadas por relações de gênero, como se consistisse em uma preferência natural dos indivíduos adotar certos tipos de carreira em função do seu gênero. Os estereótipos em que tal estigma se baseia abrange também a orientação sexual, os quais ser gay é destinado a atuação em uma profissão específica, como por exemplo, cabelereiro, maquiador, esteticista, entre outros.

Quando questionamos os entrevistados a respeito de como enxergavam o sexo como profissão alguns relataram que acham ser um trabalho normal, que é por meio dele que sobrevivem, pois associam que por receberem dinheiro em troca dessa prestação de serviço, estão exercendo uma profissão. Porém, mesmo sendo considerado um trabalho, a maioria relata que é uma atividade discriminada, uma profissão que não é digna.

(Fragmento 08) Que essa vida de prostituta não é uma vida boa, é uma vida arriscada, é uma vida que você pode tá viva hoje, amanhã tá morta, você é discriminada, você não é nada pra ninguém, você não tem valor nenhum além do dinheiro que você recebe. **(E1 – Presidente da APROSEP)**

(Fragmento 09) (...) não tem muito valor porque às vezes as pessoas discriminam né, as pessoas discriminam mais até agora eu tô criando meus filhos através [dela] (...) **(E5)**

(Fragmento 10) Rapaz, para mim mesmo é uma... como é que a gente diz... eu mesmo não aconselho ninguém entrar não, porque é muito humilhante, a humilhação é grande para a gente vender o corpo da gente. É ruim demais. É como um trabalho porque a gente recebe por isso né. **(E9)**

(Fragmento 11) No momento é como se fosse um trabalho, porque é isso que a pessoa tá vivendo, é isso que... Tá dependendo disso por enquanto, aí tá substituindo como se fosse um trabalho, uma necessidade. **(E11 – Travesti)**

De acordo com a Entrevistada 01, a prostituição é uma profissão que envolve riscos e violência física, ou seja, aqui é explicitamente dito que existe um rol de discriminação e estigmatização incluído na profissão, a qual também não possui reconhecimento e nem status. Por mais que seja uma profissão discriminada, a Entrevistada 05 reforça que, em função dos filhos, vale a pena exercer a profissão para poder criá-los. Ainda nos fragmentos 10 e 11, pudemos perceber que a atividade sexual é reconhecida como trabalho porque gera renda, é uma substituição, como se fosse outro trabalho qualquer, mas que eles prefeririam não estar exercendo. O trabalho é como um sofrimento, mesmo sendo dito o trabalho do “prazer”, o que retoma o ponto de vista de Dejours (1994) *apud* Pinheiro, Barros e Junior (2012), em que o prazer ou sofrimento laboral estão diretamente ligados a carga psíquica do trabalho, onde esta é gerida pela vontade do outro.

Apesar da maioria dos entrevistados ter ressaltado que trabalha por necessidade, houve relatos de entrevistados que expuseram ter entrado na profissão porque queriam, porque tinham um bom ganho pecuniário.

(Fragmento 12) Mulher eu gosto, rs... Porque eu já gosto de ter relação, entendeu? Isso para mim não é um bicho de sete cabeças não, porque para muitas meninas é, fica enjoada e tal, eu não, eu levo muito na esportiva, para mim eu fecho os olhos, para mim eu imagino qualquer outra pessoa que não seja o cliente né e vou numa boa. (...) Eu fixo muito no dinheiro (...) administrar um emprego que ganha 1 salário mínimo não tem condição porque só o aluguel da minha casa é R\$ 1000,00 então daí você já tira né? **(E2)**

(Fragmento 13) Porque eu gosto também, também tem essa parte rs.. [Gosta da profissão] **(E4)**

Conforme os fragmentos 12 e 13, as entrevistadas relataram gostar da profissão, que já se tornou algo mecânico, de natureza profissional e destituído de vínculos emocionais. Ainda no fragmento 12 pudemos perceber que a profissão, para alguns, proporciona ganhos superiores em comparação com algumas profissões que para serem exercidas, levam em conta o mesmo nível de escolaridade dos entrevistados.

A respeito da rotina de trabalho, os profissionais do sexo relataram possuir horários, locais, rotinas e exigências, de acordo com os Fragmentos 14, 15, 16 e 17.

(Fragmento 14) Eu vou de manhã, só na parte da manhã, aí quando é a tardinha eu vou também lá, a dona do bar abre. Tem vez que eles [clientes] chama para ir para outro lugar, mas aí eu não vou muito não porque eu fico assim, com medo. **(E3)**

(Fragmento 15) O horário, eu entro nove horas ou nove e meia da manhã, aí às vezes eu vou até duas horas da madrugada. Eu faço programa lá no bar e tem outro mais embaixo na mesma rua que eu também [faço], às vezes, vou para lá, mais o certo mesmo é nesse [o primeiro citado]. **(E4)**

(Fragmento 16) Não, eu sempre tive em um local mesmo e era durante o dia, à noite eu nunca gostei. Não, na rua não, sempre tive medo assim, esse negócio de rua, gente desconhecido. **(E9)**.

(Fragmento 17) Nã... Minha rotina de trabalho é assim: Eu saio durante a noite. Se algum cliente quiser sair durante o dia ele me telefona, me liga aí a gente marca, eu vou pra o motel, aí ele já tá lá esperando, durante o dia, se ele quiser né. Mais é a noite, assim, saio mais é a noite. **(E11 – Travesti)**

Como podemos ver nos fragmentos 14, 15 e 16 os programas realizados durante o dia quebram o imaginário de que se trata de um trabalho noturno, pois para a sociedade é na noite que são realizadas as coisas escondidas, é o lugar do tabu, do não dito, ou seja, durante o dia acontece o que a sociedade permite e a noite o que não é permitido. A visão tradicional é de que essa atividade seria realizada a noite porque ela é tida como imoral, no entanto a presença dessa atividade no período da manhã demonstra uma certa resistência no sentido de que a profissão está evoluindo, fugindo do padrão que lhe é imposto e que aos poucos para ser aceita pela sociedade, ela terá que se colocar no espaço do visível. Já no fragmento 17, a Entrevistada 11 relata que sua rotina de trabalho é mais durante a noite, e que raramente faz programas durante o dia, o que retoma a ideia que permanece no imaginário das pessoas, que o trabalho sexual é exercido a noite.

No que diz respeito às exigências com relação aos clientes, esses profissionais apontam alguns elementos que configuram o perfil do cliente que, para eles é o desejável, de acordo com os fragmentos 18, 19, 20 e 21.

(Fragmento 18) (...) não é que eu tenha preferência, mas eu prefiro os mais velhos (...) **(E2)**.

(Fragmento 19) É, nunca gostei muito de [homens] muito novo não, eu sempre gostei de mais idoso, já mais velho sabe, já novinho, rapazinho nunca gostei não. **(E9)**

(Fragmento 20) Tenho por idade, se for mais jovem é melhor. **(E10 – Travesti)**

(Fragmento 21) Assim... Eu tenho minhas exigências, mas pelo fato deles tão pagando, eles ficam, tipo assim, querendo exigir demais, mas só que a gente não é obrigada. Porque eu mesma não sou obrigada a ficar com homem fedorento, eu não gosto. Aí, tipo assim, eu meu filho, eu boto banca mesmo, tipo assim, não quer tem outro que quer. **(E11 – Travesti)**

Ficou visível que a maioria dos profissionais entrevistados prefere os que eles julgam ser higiênicos e que entrem em acordo sobre a modalidade do serviço a ser prestado. As pessoas mais velhas são o perfil de clientes mais aceitáveis pelas mulheres, enquanto os mais novos são a preferência das travestis. Por meio dos relatos pudemos observar uma disposição de acordos para a realização do serviço, pois mesmo o cliente pagando pelo serviço, esses profissionais mantem algumas exigências para executar o programa, o que demonstra que eles possuem um certo domínio e autoconfiança diante da relação profissional, mas o que prevalece mesmo é a preferência pelo poder aquisitivo do cliente.

Como qualquer outra profissão, o trabalho sexual também possui suas dificuldades, a parte que muitos autores denominam de sofrimento e tortura, resultado da história de vida e o contexto das relações de trabalho do indivíduo, conforme pudemos perceber nos relatos, 22, 23 e 24.

(Fragmento 22) Ah...muitas, [dificuldades] todos, [dificuldades] de você chegar, de conseguir um médico, de conseguir chegar numa loja pra comprar tinha aquelas sacoleiras chegar até lá onde você tava porque você não podia ir lá na loja, de andar com uma pessoa na rua, são muitas. **(E1)**.

(Fragmento 23) (...) tem uns que num quer pagar direito, outros que briga, fica botando banca para num dá o dinheiro que a gente pede. **(E3)**

(Fragmento 24) Cara feia, é piada... **(E10 – Travesti)**

(Fragmento 25) Porque tipo assim, tem quem critica, tem gente que não critica, aí diz assim: Vai arrumar um emprego que é melhor, sai dessa vida que essa vida não leva a nada, você vai só se desgastando, se acabando. Mas ali eles diz que é pra gente arrumar um emprego, mas ninguém dá. **(E11 – Travesti)**

Esses profissionais afirmam que dentre as principais dificuldades da profissão se destaca a discriminação. Através desta, o profissional encontra empecilhos para desenvolver sua vida profissional, como qualquer outro cidadão. Um exemplo a destacar diz respeito ao acesso das mulheres aos serviços públicos de saúde, como afirma a Entrevistada 1 no fragmento 22, que é permeado de obstáculos, uma vez que são tratados com preconceito se forem identificadas como prostitutas, e são alvo de olhares e comentários que denigrem a imagem. Conforme a Entrevistada 11 no fragmento 25, quando ela relata que é aconselhada a procurar um emprego, pudemos perceber que a prostituição não é considerada pela sociedade como um trabalho, o que reforça o fato do sistema não oferecer oportunidade de emprego formal para todos, sobrando a informalidade e a marginalidade como alternativa.

Além do próprio desgaste do corpo devido aos excessos exigidos pelo trabalho como passar noites acordadas, a quantidade de clientes por dia, existe ainda o próprio desgaste psicológico que se caracteriza pela violência física e a verbal que sofrem no seu cotidiano profissional. Aqui mais uma vez encontramos relatos sobre discussões resultantes da relutância do cliente em pagar o que foi acordado pelo programa, conforme o fragmento 23, o que muitas vezes contribui para que o pagamento seja realizado de forma antecipada ao programa.

No que diz respeito ao uso de entorpecentes, a maioria alega não fazer uso de drogas na atividade laborativa. Disseram fazer uso de bebida alcoólica como forma de ficar mais desinibido na hora de conquistar os clientes e para conseguir fazer o programa. Alguns profissionais relatam que ao adentrar no trabalho sexual, alguns tiveram uma iniciação meio difícil, pois após a realização dos programas eram tomados por vários sentimentos negativos e sensações de incômodo.

(Fragmento 26) No começo né, eu era muito nova e tal, eu me sentia enojada, tomava banho, ficava muito chateada no começo, tinha até raiva, ficava com ódio, mas depois fui me acostumando e virou parte da minha rotina (...) **(E2)**.

O fragmento 26, demonstra a repulsa pela atividade, sentimento que percebia ao começar a exercer a profissão.

Ao falarmos sobre violência, em suas mais variadas formas, a maioria dos entrevistados diz já ter sofrido algum tipo de violência na execução da atividade.

(Fragmento 27) Mulher eu já discuti muitas vezes com clientes muitas vezes em muitas situações. **(E2)**

(Fragmento 28) Já, só uma vez só. Violência mesmo, porque ele queria que eu fizesse uma coisa que eu não gosto. **(E5)**

(Fragmento 29) Mas geralmente tem, passa da bebida a mais né, usa o álcool, sobe mais a cabeça. **(E9)**

Alguns exemplos citados pelos entrevistados foram xingamentos, humilhação, discriminação, o fato de o cliente não querer pagar o que foi acertado ou exigir uma modalidade de sexo não aceita pelo profissional, este último fato pode ser percebido no

fragmento 28. A homofobia foi relatada, pelas travestis, como provinda da sociedade e não dos clientes. Alguns relataram ser vítimas de violência física, mas geralmente por parte de seus companheiros afetivos.

Mesmo diante de tantas adversidades causadas pela conduta imoral e socialmente reprovável que a sociedade atribui a esses profissionais, eles descrevem que a sua escolha profissional é alternada por vantagens e desvantagens.

(Fragmento 30) A vantagem é que conhece muita gente e tudo. **(E9)**

(Fragmento 31) (...) as vantagens é porque assim, é um dinheiro que você ganha, pra mim é fácil, não vou mentir. **(E10 - Travesti)**

(Fragmento 32) (...)a vantagem é porque, pra mim, eu acho que é fácil. Porque é meia horinha, e além de você tá sentindo prazer, ainda tá ganhando dinheiro (...) Aí vamos supor que eu vou fazer um programa com um menino de 20 anos e ele é bonito, além “deu” tá ficando com ele, ainda tô ganhando dinheiro. **(E11 – Travesti)**

As principais vantagens citadas são o acesso ao dinheiro de forma rápida, como observado nos fragmentos 31 e 32, respectivamente, ser um negócio lucrativo, interação com diversas pessoas em diversos ambientes, o que pode ser observado em Oliveira (2008), pois além de determinar as relações interpessoais, inclusão, formas de participação no meio social, reconhecimento e status, o trabalho é responsável pela formação identitária do trabalhador, o ponto de partida para a construção do seu conhecimento. O trabalho sexual é uma maneira de se conseguir bens materiais em pouco tempo com relação a se estivesse exercendo outra profissão de acordo com suas habilidades relacionadas ao seu tempo de escolaridade.

Já com relação às desvantagens de exercer a profissão sexual, os relatos mais comuns foram referentes à discriminação que sofrem, o perigo a que estão expostos por se relacionarem com pessoas desconhecidas, o risco de adquirirem alguma doença sexualmente transmissível (DST) e o próprio desgaste físico, conforme os riscos previstos pela CBO, no exercício da profissão, conforme os fragmentos 33, 34 e 35.

(Fragmento 33) A desvantagem é que a gente se desgasta muito e é muito mal visto, é muito ruim. Se eu voltasse hoje em dia no meu tempo, eu não queria mais. **(E9)**

(Fragmento 34) Bem, as desvantagens é o perigo que a gente pode correr, que a gente não conhece, né. Por conta da relação sexual a gente pode pegar uma doença, essas coisas. **(E10 – Travesti)**

(Fragmento 35) (...) é uma coisa desgastante, é uma coisa desgastante porque, tipo assim, você tá trabalhando com seu corpo (...) **(E11 – Travesti)**

Assim, para o exercício da profissão, a prática do sexo comercial requer o uso de recursos e métodos de segurança e higiene pessoal e do cliente, conforme os Fragmentos 33, 34 e 35 (BRASIL, 2014).

Ao relatarem suas expectativas em relação ao futuro, se pretendem ou não abandonar a profissão, dizem ter vontade de largar esse meio de vida, mesmo que a profissão seja regularizada, querem arrumar um emprego em que possam suprir suas despesas. Isso também pode ser observado na pesquisa realizada por Molina e Kodato (2005) na cidade de Ribeirão Preto onde foi constatado que a prostituição seria uma forma de poder sobreviver por meio de seu próprio corpo ou de um pedaço dele. Aqui pode ser visto mais uma vez a inexistência de trabalho formal para todos, o que contribui para a procura por trabalho no mercado informal, nesse caso, nas profissões marginalizadas. Este ponto é confirmado por Fonai e Delliti (2007) ao relatarem que a prostituição seria uma solução temporária, uma saída imediata para



problemas financeiros. Esses depoimentos reforçam a ideia já citada pela presidente da Associação, conforme o Fragmento 03, sobre o incentivo da entidade no desligamento dos profissionais dessa profissão. Então, de uma certa forma, será que a APROSEP influencia na tomada de decisão dos profissionais ao quererem sair da profissão ou é um desejo inato deles?

A maioria relata que almeja juntar dinheiro para que em um futuro próximo possa ter uma vida mais próxima dos seus familiares, o sonho da casa própria. Outros dizem que, caso arrumem um companheiro, alguém com quem pretenda constituir um relacionamento afetivo, também abandonariam a profissão. Mas enquanto não arrumarem outra forma de sobrevivência, o que lhes resta é permanecer no comércio sexual.

(Fragmento 36) Penso, mulher, eu penso, mas hoje em dia é tão pouco dinheiro, por isso que eu gosto de viajar para juntar um dinheiro e ficar de boa por um tempo para eu curtir mais minha família e até eu mesma me curtir porque é muito ruim você todo dia ter que tá trabalhando né, é bom juntar um dinheiro. **(E2)**

(Fragmento 37) Penso, penso em sair. Quando eu arrumar uma pessoa. Eu não pretendo ficar o resto de meus dias assim nessa vida, quando arrumar uma pessoa legal, que eu me apaixonar por ele. É, um companheiro que eu gostar dele aí vale a pena. **(E6)**

(Fragmento 38) Quero sim (...) Por mim e por outras pessoas. Por minha família também né, eu acho meio vergonhoso. **(E10 – Travesti)**

(Fragmento 39) Pois é, assim, todos têm um sonho de... Porque assim, é bom enquanto você é nova, porque depois que você tá “véia”, assim, tá “véia”, você fica feia e ninguém quer. Eu pretendo deixar o mais rápido possível, tipo assim, arrumar um emprego, ou então alguma coisa assim pra sair, porque não dá certo. **(E11 – Travesti)**

De acordo com o fragmento 38, podemos perceber a falta de apoio familiar, pois o profissional diz ter vergonha do que faz e ressalta que pela família abandonaria a profissão, o que reforça a internalização dos estigmas impostos pela sociedade. Isso ressalta mais uma vez a presença de preconceitos e estigmas presentes na sociedade, o que confirma a visão de Russo (2007), em que por envolverem atividades de cunho sexual, a prostituição é vista como uma imagem desprezível daquele que a pratica, onde os seus papéis sociais vão sendo excluídos pela sociedade e substituídos por ações discriminatórias no seu cotidiano. São resultados de estereótipos morais, sociais ou econômicos, adotados pela sociedade, que ainda criminaliza e rejeita as profissionais do sexo, mesmo a prostituição adulta sendo uma profissão reconhecida.

Conforme o Fragmento 39, o Entrevistado afirma que o trabalho sexual é uma profissão que beneficia corpos jovens, que sendo uma profissão de venda de corpos, estes quanto mais jovens é que se vendem mais e com o passar do tempo estes profissionais passam por um processo de risco ao serem automaticamente excluídos do ramo por uma questão estética. É uma profissão com atuação de limite temporal, onde em determinado tempo a estética desfavorece a venda do corpo, e que portanto, esse profissional passa a ser desvalorizado no mercado e sofre uma segunda marginalização, oriunda da falta de assistência econômica. Esse ponto é confirmado por Perlongher (1987), ao afirmar que a idade induz a desvalorização no universo homoerótico, inibindo o encontro de parceiros para atividades sexuais casuais e suscitando a necessidade de se pagar pelas mesmas.

Por ser uma profissão que favorece corpos jovens, então quando as pessoas vão ficando velhas, o que elas farão? Quais as perspectivas de vida, quais as alternativas que estes profissionais terão no futuro para sobreviver, pois se trata de um trabalho informal e estes profissionais não fazem contribuições para uma aposentadoria. Aqui aparece novamente o

papel da Associação que poderia incentivar que esses profissionais a fizessem contribuições de forma autônoma ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) para ao chegarem em uma idade mais avançada não sofrerem com os perigos da profissão.

Ainda de acordo com o depoimento da Entrevistada 11, no fragmento 39 quando ela diz pretender arrumar um outro emprego, pudemos perceber que ele mesmo não considera o trabalho sexual como um emprego, o que mostra mais uma vez a desvalorização da profissão pelo próprio profissional.

Assim, por meio deste estudo pudemos compreender um pouco sobre a APROSEP e sobre o olhar particular de cada profissional a respeito da sua profissão e os dilemas enfrentados no seu cotidiano, ainda pudemos perceber que o trabalho sexual em Picos e macrorregião é uma profissão que possui uma entidade representativa, mas esta não exerce o seu papel, de defender a profissão, e os próprios profissionais internalizam os valores e estereótipos sociais que desvalorizam a profissão, principalmente, quando verbalizam o desejo de abandonar a profissão.

## 5.2 O trabalho sexual e a sociedade

O universo do trabalho dos profissionais do sexo é algo intrigante devido à forma como as pessoas lidam com quem exerce a profissão. Mesmo sendo reconhecida pela CBO, a sociedade, em grande parte, ainda rotula os que nela estão inseridos por meio de estereótipos negativos e preconceituosos. Na pesquisa realizada, também adentramos na parte social, parte essa em que os profissionais descrevem o tratamento que a sociedade lhes concede por trabalharem com a venda do corpo, como se dá a convivência com pessoas próximas, familiares e amigos, e suas limitações.

Quando questionamos sobre como a sociedade atribui representações sobre os profissionais do sexo, verificamos que, mesmo a prostituição sendo um trabalho milenar, que esteve e continua presente nas mais diversas civilizações, eles ainda continuam sendo alvos de discriminação e preconceito, ainda que com menos intensidade que em tempos passados, conforme os fragmentos 40, 41 e 42.

(Fragmento 40) Sim, muitas vezes chegava na minha cidade quando chegava lá que tava bem arrumada ia de salto lá, o pessoal dizia “Vixe tranca! Hoje o marido de fulano não sai na rua não, que a bichona ta aí”, a mulher tá ai, aquela lá tá aí, a filha de seu fulano tá aí (...) A cidade parava porque na rua só ficava se fosse pessoas que queria, vamos dizer, ficar a noite, ir pra noitada, ir pra balada, ir beber (...)Pra mim era discriminação você chegar lá [cidade] e toda a sociedade virava as costas, só ficava olhando pra você aquelas pessoas que era do seu nível, é um preconceito né.

**(E1 – Presidente da APROSEP)**

(Fragmento 41) Antigamente era mais [preconceito], como se diz, era preconceituoso. Hoje é mais pouco, tem gente ainda preconceituoso mas é menos que antigamente. Não, comigo não [preconceito], logo eu ando direito sempre, nunca gostei de roupinha curta, nem muita maquiagem, muita coisa, muito de aparecer mesmo, sempre fui normal mesmo **(E9)**.

(Fragmento 42) Tem muitos que nem se importam, mas tem muitos que quando vê parado ali na esquina... Já fica daquele jeito. Não, só assim pelo fato da gente ser homossexual, eu acho que é mais mal visto. Mas pela profissão não. **(E10 – Travesti)**

Com relação ao fragmento 40, pudemos notar como a Entrevistada 1 descreve a forma como era tratada quando chegava em sua cidade, e por ser vista bem arrumada, já era identificada como prostituta, onde fica mais uma vez visível que tanto o lado estético como os trajes utilizados também são uma forma que a sociedade utiliza para rotular quem é e quem

não é profissional do sexo. O fragmento 41 reforça os padrões de feminilidade e masculinidade quando diz que existe uma segmentação de como a mulher deve se vestir e se comportar, o que dá a entender que a mulher que usa roupa curta ou muita maquiagem seria uma mulher que está facilitando as coisas, buscando chamar a atenção para poder vender o seu corpo. Ainda de acordo com o fragmento 41 é visível, que mesmo sendo uma profissional do sexo, a Entrevistada 9 internalizou a definição de papéis sociais femininos, ao definir o que é tido como certo e o que é tido como errado, e mesmo atuando em uma profissão permeada de tabus, e uma carga sexual muito grande, ela ainda busca viver socialmente de acordo com os padrões impostos pela sociedade.

No fragmento 42, a Entrevistada 10 percebe o preconceito social com mais intensidade com relação a sua orientação sexual e sua identidade de gênero, mas não consegue visualizar o preconceito com relação a profissão e acredita que a mesma não sofre estigmatizações sociais, ou seja, para ela o preconceito não provém da profissão, mas sim do gênero e da orientação sexual o que confirma também Bento (2010) quando os sujeitos não desempenham os papéis de gênero desobedecendo as normas que definem como corretas, acarretando em discriminação, preconceitos por aderirem a comportamentos afeminados.

A relação com os familiares, amigos e convívio social também é afetada, visto que nem todos revelam a profissão, e os que revelam contam que apenas alguns sabem ou, pelo menos desconfiam.

(Fragmento 43) Sim, meu pai me expulsou de casa, meu pai quis me matar, torar o cabelo e jogar pra rua. **(E1 – Presidente da APROSEP)**

(Fragmento 44) Revelo sim, minha família todinha sabe. **(E4)**

(Fragmento 45) Não, não revelo. Eu acho que eles desconfiam. Porque eu tenho vergonha, mas acho que no fundo, no fundo eles sabem. **(E6)**

(Fragmento 46) Pra alguns, não pra todo mundo não. Porque tenho vergonha. **(E10 – Travesti)**

De acordo com o fragmento 43, a Entrevistada 1 afirmou que ao revelar sua profissão foi rejeitada pelo pai, o que confirma também o relato do fragmento 37, que é a falta de apoio familiar. Já de acordo com o fragmento 44, revelar a profissão, não é um obstáculo, pois este afirma que a sua família tem conhecimento sobre a profissão que exerce. O fragmento 45, mostra que a Entrevistada 6 não revela sua profissão por conta da vergonha que possui em exercer esta profissão, o que confirma o pensamento de Oliveira (2008, p.111), que diz que esses profissionais se sentem marginalizados, “divididos entre o exercício da profissão e a culpa advinda da estigmatização”. Aqui, mais uma vez encontramos o sofrimento que o trabalho pode trazer para os indivíduos, resultado do desânimo, falta de reconhecimento e descontentamento com o labor exercido, (MENDES; TAMAYO, 1999). Para Coutinho, Krawulski e Soares (2007), a forma como nos percebemos e somos percebidos pelo outro, através do trabalho que realizamos, é um fator contribuinte para a formação da nossa identidade, fortalecendo a autoestima do indivíduo, ultrapassando a função de sobrevivência e adentrando a função psicológica.

Os que possuem filhos, tentam separar a vida pessoal da profissional como forma de não afetar sua prole com os julgamentos da sociedade a respeito do trabalho sexual. É uma forma de proteção, tanto da relação materna como social, conforme os fragmentos 47 e 48.

(Fragmento 47) [Meu filho] sabe. Eu que contei para ele. Ele aceita, eu não vou dizer que ele gosta que eu trabalho no bar que ele não gosta, mas ele entende que é de lá que eu sustento ele, compro as coisinhas para ele, roupa, pago aluguel de casa. **(E4)**

(Fragmento 48) Sabe. Só que marco distante deles, eu não faço nada simplesmente na minha casa, é particular, é pra cá [No bar] (...) eu não levo homem nem pra conhecer minha casa. (E5)

O fragmento 47 demonstra a dualidade entre a estigmatização da profissão e a concepção de que é esse trabalho que fornece as condições de sobrevivência da família, pois ao mesmo tempo em que o filho não é a favor da profissão da sua genitora, ele compreende que é de onde surge o seu sustento, o sustento da família, o que pode contribuir para uma revisão de valores sobre as concepções desse trabalho. No fragmento 48, pudemos perceber a preocupação da mãe em separar sua vida em família da sua vida profissional, confirmando a mesma percepção vista no fragmento 37, que mostra novamente a percepção que esses trabalhadores possuem da profissão, onde já internalizaram os estigmas que a sociedade impôs.

Diante das análises realizadas pudemos perceber que a percepção que esses profissionais possuem diante da sociedade é algo que se desenha a muito tempo, pois mesmo sendo uma atividade milenar, e como observado, uma forma de promover o sustento daqueles que se encontram sem oportunidade de adentrar o mercado formal, o trabalho sexual ainda é permeado por vários preconceitos pelas pessoas que fazem parte do convívio social desses profissionais, tanto diretamente como indiretamente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tivemos como objetivo compreender como se caracteriza o cotidiano de trabalho dos profissionais do sexo na cidade de Picos e macrorregião e como se dá a caracterização do trabalho sexual nos espaços onde atuam, os fatores que contribuem para que pessoas de diferentes contextos sociais escolham esta profissão como forma de trabalho, e como este é percebido no âmbito social em que convivem. Devido ao trabalho da prostituição envolver atividades de cunho sexual, arquitetava-se socialmente uma imagem desprezível desses profissionais, consequência dos estereótipos morais, sociais, religiosos ou econômicos adotados pela sociedade, que ainda os discrimina.

Ainda que a prostituição seja reconhecida como profissão pela CBO, ela não é reconhecida socialmente, pois esses profissionais não usufruem de direitos trabalhistas. O preconceito parte tanto da sociedade por meio de estigmas e estereótipos que lhes são impostos, como dos próprios profissionais do sexo, uma vez que além de internalizarem o que lhes é atribuído, eles têm o trabalho sexual apenas como uma atividade transitória. Apesar de conscientes da não aceitação pela sociedade, o sentido da atividade é direcionado para outras questões, dentre elas o seu próprio sustento e dos familiares e a possibilidade de possuir aquilo que desejam.

A partir dos dados coletados, observamos que a maioria das pessoas que atuam ou já atuaram na profissão sexual entraram neste ramo por necessidade e por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho formal; e quando conseguiam, percebiam que a renda obtida não condizia com necessário para a sua sobrevivência e de seus dependentes. Já com relação às travestis, a necessidade também surgiu por falta de oportunidade, resultado de preconceitos tanto por conta do gênero quanto da orientação sexual. O trabalho sexual é visto pelos que nele atuam como uma atividade laboral, mesmo que permeado de preconceitos e discriminação, pois gera renda e envolve uma rotina, ainda que flexível, e, ao mesmo tempo, é visto como uma substituição ou uma atividade temporária. A presença desta atividade durante o dia, mostra uma certa resistência, no sentido de sua evolução e permanência ao longo dos tempos na história da humanidade. Nesse sentido, a prostituição denota uma saída imediata para problemas financeiros (FONAI; DELLITI, 2007).

Observamos ainda que a maioria dos entrevistados dizem ter vontade de abandonar a profissão, mesmo que esta seja regularizada, pois consideram a prostituição uma profissão que é discriminada, o que demonstra a internalização dos estigmas impostos pela sociedade e alguns relatam ter vergonha de assumir ser um profissional do sexo, fato até mesmo motivado pela falta de apoio familiar. Também existe o desejo de abandono da profissão tanto pela busca de mudança de vida como pela constituição de um relacionamento, a busca pelo grande amor (CECARELLI, 2008).

Mesmo existindo uma entidade que represente esses profissionais na cidade de Picos, a APROSEP, esta se mostra paradoxal, pois ao invés de lutar pela melhoria das condições da profissão sexual, ocorre o contrário, pois acontece o incentivo a esses profissionais abandonarem esta profissão, ao estar buscando outras maneiras de inserção no mercado de trabalho, como o oferecimento de cursos profissionalizantes, o que contribui para o não reconhecimento da atividade sexual como trabalho, ficando assim, fadada a marginalização laborativa. Fica visível que a instituição está atuando somente na distribuição dos produtos utilizados nos serviços sexuais, orientação a respeito dos riscos das DSTs e um certo controle com relação a quantidade de profissionais atuantes. Assim, o papel que ela deveria desempenhar com relação a visibilidade, legitimidade e reconhecimento da categoria se perde dentro da própria associação, justamente pela falta de planejamento e condução das ações às causas que fundamentariam a existência do movimento associativo

Nosso estudo não visa dissipar o assunto, mas sim revelar alguns pontos sobre a atividade, e compreender as dimensões existentes quanto a percepção dessa atividade como profissão, pois trata-se de uma profissão marginalizada que busca se consolidar na sociedade com o preconceito vivenciado em seu exercício. Diante da constatação dos dados, percebemos o total desamparo desses profissionais por parte do Poder Público, pois se existem esses trabalhos marginalizados, é porque falta planejamento para a inserção de cidadãos no mercado formal, a falta de políticas públicas que viabilizem um melhor acesso a educação para as camadas mais pobres, que buscam na prostituição o seu sustento e a falta de apoio do Estado para as entidades que dizem representar essa categoria.

## REFERÊNCIAS

ALBANOZ, Susana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos; 171)

ALMEIDA, M. V. Antropologia e Sexualidade: consensos e conflitos teóricos em perspectiva histórica. In: **A Sexologia, Perspectiva Multidisciplinar**. Org. Ligia Fonseca, C. Soares e Júlio Machado Vaz, Coimbra: Quarteto. Vol II. pp.53-72. 2003.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é FEMINISMO**. São Paulo: Ed. Abril Cultural. Brasiliense. 1985.

ANDRADE, Briena Padilha et al. O Cotidiano de Trabalho das Profissionais do Sexo: uma questão interdisciplinar. Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão – Região Sul, 2013.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

ASSIS, J. C. **Trabalho como direito**: fundamentos para uma política de promoção do pleno emprego no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto 2002.

BARDIN, Laurence. **L'analyse de Contenu**. Lisboa: Edições 70, 1977. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro.

BARROS, V. A. **Identidade e Trabalho**: reflexões a partir de contextos precarizados e excludentes. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional Trabalho e Identidade – Belo Horizonte – 2006 – não publicado.

BENEDETTI, M. R. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. [**Dissertação de Mestrado Antropologia Social**]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005

BENEVENTO, C.T.; SANTANA, V.C. O conceito de gênero e suas representações sociais. **EFDeportes.com. Revista Digital**. Buenos Aires. año.17 n.170, enero de 2013. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd176/o-conceito-de-genero-e-suas-representacoes-sociais.htm>. Acesso em 24/12/14.

BENTO, B. As tecnologias que fazem os gêneros. In: VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero. 2010. Curitiba. **Anais...** 2010. p.1-13. Disponível em: [http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo\\_cd/E8\\_As\\_Tecnologias\\_que\\_Fazem\\_os\\_G%C3%AAneros.pdf](http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E8_As_Tecnologias_que_Fazem_os_G%C3%AAneros.pdf). Acesso em 20/12/14.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) Profissionais do sexo**. 2014. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaDescricao.jsf>> Acesso em 07 de dezembro de 2014

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVEDON, N.; FERRAZ, D. O reflexo do simbólico nas estratégias dos permissionários do viaduto Otávio Rocha. I Encontro dos Estudos e Estratégias (3Es). 2003. Curitiba: **Anais...**, maio 2003.

CECCARELLI, P. R. Prostituição–Corpo como mercadoria. **Mente & Cérebro**. v. 4, n. spe. dez 2008.

CODO, Wanderley. **O que é alienação**. Editora Brasiliense, 3º edição. São Paulo, 1986.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P. Identidade e Trabalho na Contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Revista Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre. v.19, n. spe. p.29-37, 2007.

ECCEL, C. S.; FLACH, L.; OLTRAMARI, A. P. Relações de gênero e flexibilidade no trabalho de profissionais de Tecnologia da Informação de Porto Alegre: um estudo multi-caso. I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. 2007. Natal. **Anais...** Junho. 2007. p.1-16 Disponível em: [www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr\\_2007/2007\\_ENGPR156.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2007/2007_ENGPR156.pdf). Acesso em: 29/12/14.

ECCEL, C.S.; ALCADIPANI, R. (Re) descobrindo as masculinidades. In: FREITAS M. E; DANTAS M (orgs). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning. 2012. p.51-78.

FLORES-PEREIRA, M. T. Corpo, gênero e pessoa. In: FREITAS M. E; DANTAS M. (orgs) **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning. 2012. p.79-98

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988.

GARCIA, M. R. V. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo. v. 11, n. 2, p. 241-256, dez 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Como Classificar as pesquisas. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, L. S. V. **O corpo como instrumento de trabalho: o reconhecimento de direitos trabalhistas aos profissionais do sexo**. Monografia apresentada na Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), 2010.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2009.

GUIMARÃES, T. F. A construção do corpo sexuado: uma reflexão sobre os significados de gêneros e de como este se articula com o corpo. **Sociais Humanas**. Santa Maria. v.24. n.2 jul/dez 2011. p.148-161.

GUIRALDELLI, R. Presença feminina no mundo trabalho: história e atualidade. **Revista Estudos do Trabalho**. ano1, n.1, 2007.

HELOANI, J. R.; CAPITÃO, C. G. Sexualidade e trabalho na visão da psicanálise. In: FREITAS, M. E. DANTAS, Marcelo, (Orgs.) **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p.23-49

IRIGARAY, H. A. R. Travestis e transexuais no mundo do trabalho. In: FREITAS M. E; DANTAS M. (Orgs). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012

KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.

LIMA, A. C. A. As (re)configurações do corpo sexuado na ficção de Jeanette Winterson. 2008. 139p. [**Tese de Doutorado**]. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2008.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes. 2007

MAIA, M. B.; CHACHAM, A. S.; LOPES, A. F. C. Profissionais do sexo e saúde. **Jornal da Rede Feminista de Saúde**, n. 25, p. 13-17, 2002.

MANZONI, Ana Lúcia; MARTINEZ, Luciana. O corpo como mercadoria: estratégia de sobrevivência. **Intertem@s [on line]**. v. 10, n. 10, 2008.

MARTINS, L. R. Marxismo e feminismo: a análise de uma relação tensionada. III Simpósio Mineiro de Assistentes sociais. 2013. Belo Horizonte. **Anais...** junho 2013. p.1-12. Disponível em: [www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/MARXISMO%20E%20FEMINISMO\\_A%20ANALISE%20DE%20UMA%20RELAÇÃO%20TENSIONADA.pdf](http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/MARXISMO%20E%20FEMINISMO_A%20ANALISE%20DE%20UMA%20RELAÇÃO%20TENSIONADA.pdf). Acesso em 24/12/14.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 5ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MENDES, A. M. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília. n. 1-3, p. 34-38. 1995.

MENDES, A. M.; TAMAYO, A. Valores e vivências de prazer-sofrimento nas organizações. XXIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. 1999. Foz do Iguaçu. **Anais...** set. 1999. Disponível em: [anpad.org.br](http://anpad.org.br). Acesso em 15/12/14

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MOLINA, A. M. R.; KODATO, S. Trajetória de vida e representações sociais acerca da prostituição juvenil segundo suas participantes. **Temas em Psicologia**. São Paulo. v. 13, n. 1, p. 09-17, abril 2005.

MORAES, A. **Mulheres da Vila**: Prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

NARDI, H. C.; RODRIGUES, M. C. Diversidade sexual e trabalho: reivindicações do dispositivo. **Revista Bagoas estudos gays: gênero e sexualidades**. Rio Grande do Norte. v.2 n.3 p.127-144. Jul/dez 2008. Disponível em: <http://ufrn.emnuvens.com.br/bagoas/article/view/2287>. Acesso em 24/12/14

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11. n.3. p.647-654, set/dez 2006.

NERY, D. C. M. S. Trabalho masculino, trabalho feminino: representações sociais e assédio moral. **[Dissertação de Mestrado]**. Goiânia. 2005

OLIVEIRA, M. Q. Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte – O trabalho da vida nada fácil. Dissertação (**Mestrado em Psicologia**) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,2008.

PERLONGHER, N. O. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PESSOA, E. A. A Constituição Federal e os Direitos Sociais Básicos ao Cidadão Brasileiro. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011.



PINHEIRO, D. R. C.; BARROS, T. A. V.; BOTELHO JUNIOR, S. Vivências de prazer e sofrimento no setor bancário brasileiro. **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar**, v. 5, n. 1, p. 81-92, 2012.

ROSTAGNOL, S. Regulamentação: controle social ou dignidade do/no trabalho. In: FÁBREAS-MARTINEZ, A. I.; BENEDETTI, M. R. (Orgs.) **Na batalha: sexualidade identidade e poder no universo da prostituição**. Porto Alegre: Decasa. Palmarica, 2000.

RUSSO, G. No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos. **Cadernos CRH**. Salvador. v. 20, n. 51, p. 497-514, set/dez. 2007.

SARAIVA, L. A. S. Além dos estigmas profissionais. In: FREITAS M. E; DANTAS M. (orgs) **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning. 2012. p.149-158.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre. v.20, n.2, jul/dez 1995. Disponível em: [archive.org/details/scott\\_gender](http://archive.org/details/scott_gender). Acesso em 23/12/14.

SILVA, E. F da; COSTA, D. B.; NASCIMENTO, J. U. do. O trabalho das profissionais do sexo em diferentes lócus de prostituição da cidade. **Psicologia: teoria e prática [online]**, v. 12, n. 1, p. 109-122, 2010.

SOUZA, E. M.; CARRIERI, A. P. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Revista de Administração Mackenzie**. (online) vol.11 n.3. São Paulo. May/june 2010. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712010000300005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712010000300005&script=sci_arttext). Acesso em 29/12/14.

TABUCHI, M. G.; ROMFLED, V.S. À margem da sociedade, ao centro do capital: o mercado barato de mulheres – apontamentos acerca do projeto acerca do Projeto Lei Gabriela Leite. XV Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR. Curitiba. 2013. **Anais...** nov. 2013 p.3-27.

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFISSIONAIS DO SEXO.

#### QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO.

- Nome
- Idade
- Estado civil (solteira, casada, viúva, divorciada, companheiro)
- Possui filhos?
- Sexo
- Gênero
- Escolaridade
- Renda financeira
- Segue alguma religião?

#### QUESTIONÁRIO SOCIAL

- Além da prostituição, trabalha em outra atividade (permanente ou os chamados bicos)
- Conte a história de como você entrou nessa profissão (desde quando exer, o contexto da época)
- Você entrou nessa profissão por opção ou necessidade?
- Como você enxerga o sexo como profissão?
- Você revela sua profissão? (Se não, por quê?) Como sua família lida com sua profissão? E os amigos?
- Como é a sua relação com seus filhos, pelo fato de você exercer essa profissão?
- Como você acha que a sociedade percebe os profissionais do sexo?

#### QUESTIONÁRIO SOBRE O TRABALHO SEXUAL

- Como conheceu a APROSEP? Ao associar-se, o que mudou?
- Como é sua rotina de trabalho? (Horário, local, preço exigências)
- Você já usou ou faz uso de entorpecentes na hora de exercer essa profissão?
- Mantém contato com seus clientes?
- Quais acessórios utiliza para chamar a atenção de seus clientes?
- Quais seus pontos estratégicos para conseguir clientes?
- Há alguma exigência para escolher sua clientela? (Preferência por idade, estrutura física, condição financeira, quantidade de pessoas para o ato sexual, sexo do cliente).
- Já sofreu algum tipo de violência em sua profissão? (física, verbal)
- O que você pensa que deveria mudar em relação a atividade da prostituição?
- Quais as principais dificuldades da sua atividade?
- Quais suas expectativas em relação ao futuro? (Pretende continuar ou não na profissão e por quê?)

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PRESIDENTE DA APROSEP**

1. Há quanto tempo existe a APROSEP?
2. O que levou à criação da associação? Como ela surgiu (período de criação) e qual sua finalidade?
3. A Associação tem parceria com outras instituições? De que forma elas contribuem? E como é a relação com a Prefeitura?
4. Quantas pessoas estão cadastradas na Associação? Dessas, quantos são mulheres, homens, transexuais e travestis?
5. Quais os procedimentos para cadastro?
6. Quantos funcionários trabalham na APROSEP e quais seus cargos? Desses, há quem exerça a profissão sexual?
7. O que mudou para os associados com a criação da associação?
8. As pessoas associadas abrangem somente a cidade de Picos? Caso não, quais outras regiões?
9. Quais as atividades que a Associação oferece para os associados? E para a comunidade geral?
10. Como a sociedade visualiza a atuação da APROSEP?
11. De que forma a Associação encara o sexo como profissão?
12. Quais as expectativas da Associação em relação ao futuro dos profissionais do sexo?
13. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Associação?



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
( ) Monografia  
( X ) Artigo

Nós, **DINAIANE MARIA BARBOSA DE ALMEIDA** e **JÉSSICA NATHALIA DA SILVA CASTRO MOURA**, autorizamos com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **TRABALHO SEXUAL: PERSPECTIVAS COTIDIANAS DE MULHERES E TRAVESTIS ATUANTES EM PICOS-PI E MACRORREGIÃO** de nossa autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 26 de fevereiro de 20 15.

Dinaiane Maria Barbosa de Almeida

Assinatura

Jéssica Nathalia da Silva Castro Moura

Assinatura